



Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Escola de Serviço Social

Ana Carolina de Andrade Xavier

Rio de Janeiro

2017

Ana Carolina de Andrade Xavier

**Ana Carolina de Andrade Xavier**

Serviço Social e a Obra Social Dona Meca: Desafios para o exercício  
profissional

Trabalho de Conclusão de  
Curso apresentado ao Curso  
de Serviço Social da  
Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, como requisito parcial  
à obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maristela  
Dal Moro

Rio de Janeiro

2017

M141p      Xavier, Ana Carolina Andrade.  
Terceiro Setor e a Obra Social  
Dona Meca: Desafios para exercício profissional. /Ana  
Carolina de Andrade Xavier. – 2017.  
78 f. ; 30 cm.  
Orientadora: Professora Dra.  
Maristela Dal Moro.  
Trabalho de Conclusão de Curso  
(graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social,  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
1. Terceiro Setor. 2. Serviço  
Social 3. Obra Social Dona Meca 4. Redimensionamento do  
Estado. 5. ONG I.Título. II. Xavier, Ana Carolina de Andrade.  
III. Dalmoro, Maristela. IV. Universidade Federal do Rio de  
Janeiro

**ANA CAROLINA DE ANDRADE XAVIER**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço  
Social da Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, como requisito  
parcial à obtenção do título de  
bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: 26 de Maio de 2017.

---

Prof<sup>a</sup>. Maristela Dal Moro

Orientadora  
Escola de Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup> Mariléa Inoue

Escola de Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup> Gláucia Lelis Alves

Escola de Serviço Social- Universidade Federal do Rio de Janeiro

## **Agradecimentos**

Este trabalho não seria possível sem o apoio de parte da minha família. Sou grata por todo carinho, ternura, além da confiança que depositam em mim.

Um agradecimento especial a toda equipe da Obra Social Dona Meca, que, sem dúvidas, foi um estágio diferenciado em que pude fazer parte. Vocês me ajudaram a crescer não só como futura assistente social, mas como pessoa. Obrigada por toda paciência, pelo aprendizado e pelas risadas compartilhadas. Sabemos que somos um campo contraditório!

Aos meus amigos da UFRJ, que tanto contribuíram para a ampliação da minha visão de mundo.

Aos meus amigos, os de longe e os de perto, vocês sabem o quanto foram importantes pra mim.

Por fim, agradeço á Prof. Maristela Dal Moro por compartilhar seu amplo conhecimento crítico, por tecer importantíssimas sugestões e pela sinceridade, por ter me ouvido no meu momento mais crítico. Vou ser eternamente grata por todo seu apoio.

Ana Carolina de Andrade Xavier

## RESUMO

Este estudo aborda a questão do Serviço Social nas ONGs como uma emergente alternativa de atendimento às necessidades deflagradas pelas expressões da questão social, trazendo o enfoque para a atuação do Assistente Social. Visa mostrar o redimensionamento do Estado e a diminuição e/ou saída do espaço sócio ocupacional do Assistente Social na área pública, denotando sua inserção em novas atribuições e demandas na área do “Terceiro Setor”. A metodologia utilizada teve como principal referência às críticas desenvolvidas pelo autor Carlos Montaña, e levando em consideração os atuais debates de Marilda Yamamoto acerca da inserção dos Assistentes Sociais em diferentes espaços sócios ocupacionais. Além da experiência como estagiária no campo de estudo – Obra Social Dona Meca - e pesquisa com perguntas abertas e fechadas com as assistentes sociais da instituição. Este trabalho traz consigo discussões que permitem clarificar o papel do Assistente Social em suas novas configurações dentro do Serviço Social, da profissionalização do mesmo no “Terceiro Setor”, na construção ética e no resgate da verdadeira responsabilidade social na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Ong. Terceiro Setor. Redimensionamento do Estado. Serviço Social. Obra Social Dona Meca.

## **Siglas e Abreviações**

CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
ONG	Organização Não Governamental
OSDM	Obra Social Dona Meca
DRU	Desvinculação de Receitas da União

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1: ORIGEM DAS ONGS E SEU PAPEL REIVINDICATIVO.....</b>	<b>9</b>
1.1 As configurações das Ongs na década de 90.....	15
1.2 O chamado “Terceiro Setor” e o Neoliberalismo.....	18
1.3 “Terceiro Setor” e os governantes .....	34
<b>CAPÍTULO 2: Redimensionamento do Estado e os rebatimentos na profissão do Assistente Social.....</b>	<b>36</b>
2.1 Nova Configuração do Estado .....	36
2.2 Constituição do Serviço Social no Brasil.....	38
2.3 Serviço Social e “ Terceiro Setor” .....	43
<b>CAPÍTULO 03: OBRA SOCIAL DONA MECA – UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....</b>	<b>49</b>
3.1 História, atividades e dinâmica da instituição .....	49
3.2 Atuação das assistentes sociais na instituição.....	60
3.3 Reflexões sobre a atuação.....	66
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>74</b>



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho está inserido na conclusão de curso da faculdade de Serviço Social da UFRJ, e tem como objetivo verificar os desafios da atuação e o papel do Serviço Social na área da instituição a qual percorri no meu período como estagiária, a ONG Obra Social Dona Meca.

Está dividido em três partes mais a conclusão. Na primeira parte, discorri sobre a configuração histórica das ONGs no Brasil e sua passagem para o “terceiro setor”. Na segunda parte, o foco será o Serviço Social e o rebatimento do projeto do “terceiro setor”, implementado pelo Neoliberalismo. Onde o Estado repassa a responsabilidade da intervenção das expressões da questão social para a sociedade civil, fazendo essa transferência alinhada ao grande capital. No terceiro capítulo será sobre a instituição em si: sua história, suas atividades, dinâmica institucional, o perfil dos usuários, os recursos humanos e a organização institucional, além do estudo do cotidiano dos profissionais, as demandas e desafios presentes nas áreas que possuem assistentes sociais. Na conclusão conterá minhas considerações quanto ao campo onde estagiei e os desafios encontrados.

A proposta é elencar os desafios, demandas e desenvolver o perfil das assistentes sociais inseridas nesse contexto crítico da nossa sociedade. Juntamente a isso, elaborei, primeiramente, a análise institucional, analisando criticamente o campo de estágio, através da observação, do diário de campo e uma entrevista com as assistentes sociais. Na entrevista, obtive o resultado de seis assistentes sociais em um universo de sete, o questionário foi elaborado via *Google Forms* e respondidas online no ano de 2015. Com perguntas de cunho profissionais, tais como: onde se formou, se obtinha bolsa, carga horária de trabalho, porque escolheu essa profissão e quais os desafios presentes na atuação. Todas que responderam não contestaram em responder.

No período de estágio observei um número grande de assistente sociais alocadas em setores diferentes e inseridas em uma área de atuação pouco discutida na academia e com certa dificuldade de compreensão de minha parte, por este motivo, fiz uma pesquisa quanto à prática das atividades desenvolvidas pela assistente social para que haja clareza de suas atribuições e competências.

## 1. ORIGEM DAS ONGS E SEU PAPEL REIVINDICATIVO NO BRASIL

Analisaremos a trajetória das ONGs (Organizações Não Governamentais) no Brasil e as mudanças que ocorreram a partir dos anos 1990.

Vale ressaltar que o surgimento da expressão se deu em 1940, pela ONU (Organização das Nações Unidas) – para identificar as entidades que realizavam trabalho humanitário ou de interesse público. Antes dessa definição pela ONU, a expressão ONG era usada com referência às organizações de “Cooperação Internacional”, contudo o termo generalizou-se e passou a expressar várias entidades, de cunho “não governamental” e supostamente sem a participação do Estado e mercado. Conceitualmente o termo ONG mostra-se bastante heterogêneo, já que diferentes instituições se autodenominam ONG’s. No Brasil, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG, define as ONG’s como:

Organizações Não Governamentais-ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.

Parágrafo único – As entidades vinculadas a Igrejas, organizações sindicais, partidos políticos ou empresas, mesmo atendendo aos princípios gerais enunciados neste Estatuto, não serão aceitas como associadas da ABONG. (cf. . Acesso em 03/04/2015)

A popularização do termo ONG no Brasil se deu na década de 1990, quando no Rio de Janeiro ocorreu a conferência da ONU sobre o meio ambiente – ECO 92. As formações dessas ONGs que conhecemos atualmente onde prestam o serviço que o Estado deveria estar fazendo, são recentes no país, porém já existiam entidades assistenciais e filantrópicas desde os anos 1960 e 1970, todavia não se reconheciam como ONGs. Landim (1993) afirma que muitas delas foram se autodenominando como organizações não governamentais a partir da década seguinte.

O surgimento das instituições que hoje são denominadas ONGs no Brasil se deu na década de 1960/1970, porém com certas características que iremos elucidar, mas seu surgimento mais expressivo foi no início da dec. de 90.

O contexto histórico do surgimento dessas instituições deu-se no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), quando vigorava o pensamento desenvolvimentista, porém com uma profunda repressão militar excluindo as classes populares.

As ONGS acabavam assumindo uma direção mais crítica, quando começam a acompanhar os movimentos sociais nas reivindicações, buscando melhorias das condições da comunidade. Questionavam a ditadura, que acabaram por proibir muitas dessas instituições de funcionar. Assim, fizeram algumas viverem na clandestinidade.

Os centros de “educação popular” e de assessoria aos movimentos sociais, ou como Gohn (2000) nomeia de ONG’s Cidadãs, buscavam informar e transformar a realidade social deste período, voltada para reivindicação de direitos de cidadania, atuando nos espaços urbanos junto com as populações de baixa renda no período ditatorial. A maioria dos centros de “educação popular” eram financiados por ONGs/agência internacionais, onde se realizava denúncias de violações de direito ou omissões. O financiamento só era aceito pelos centros populares, como se fosse uma dívida em relação à exploração existente no país, logo se justificava a aceitação do pagamento. E essas instituições internacionais só financiavam os centros, com o intuito de desenvolvimento principalmente econômico, imposto pelo sistema capitalista, que tinha a finalidade de superar o atraso e subdesenvolvimento dos países ditos de “terceiro mundo”.

Muitas ONGs, nesse período, tiveram apoio financeiro internacional, como

também, apoio da Igreja Católica através das CEBs<sup>1</sup> (Comunidades Eclesiais de Base), que na maioria das vezes foi a intermediadora da relação entre as ONGs internacionais e os “Centros de assessoria”<sup>2</sup> brasileiro. Por isso a presença das CEBs em alguns movimentos sociais, como o movimento de luta pela terra, entre outros.

Segundo Landim (1993), as ONGs que surgiram em meio a Ditadura tinham o papel importante dentro dos movimentos sociais:

não são entidades representativas, e ligam-se aos movimentos sociais sem se confundirem com eles. É também senso comum no meio a ideia de que cresceram de costas para o Estado, coladas às bases da sociedade e em oposição aos governos ditatoriais, construídas por gente vinda fundamentalmente de Igrejas e da esquerda tradicional. É predominante durante a sua história a concepção de que não se pretende substituir o Estado mas, ao contrário, exige-se muito dele. Organizações cujas palavras-chave são “educação popular”, “assessoria”, “conscientização”, “organização” – a partir de certo momento, “sociedade civil” (frequentemente adjetivada por “popular”) e “cidadania” – que lutaram contra a ditadura, ligaram-se a movimentos sociais surgidos no período, como os sindicais, os de bairros, os de lutas pela terra, etc. e situam-se à esquerda no espectro das entidades civis brasileiras, onde a palavra “socialismo” continua ainda razoavelmente presente. (LANDIM, 1993, p. 27)

Os movimentos sociais foram brutalmente reprimidos no regime ditatorial, pois

---

<sup>1</sup> As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram no Brasil como um meio de evangelização que respondesse aos desafios de uma prática libertária no contexto sociopolítico dos anos da ditadura militar e, ao mesmo tempo, como uma forma de adequar as estruturas da Igreja às resoluções pastorais do Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965. Encontraram sua cidadania eclesial na feliz expressão do Cardeal Aloísio Lorscheider: “A CEB no Brasil é Igreja — um novo modo de ser Igreja” Acessado em 15/06/2016 <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/eclesiologia/a-identidade-das-cebs/>

<sup>2</sup> [...] pequenas comunidades ligadas principalmente à Igreja católica. Querendo ou não, contribuíram de diferentes maneiras para o processo de democratização. Eram grupos de pessoas que, morando no mesmo bairro ou nos mesmos povoados, se encontravam para refletir e transformar a realidade à luz da Palavra de Deus e das motivações religiosas. Daí o nome de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Começavam também a reivindicar pequenas melhorias nos bairros, mas, ao mesmo tempo, iniciavam uma caminhada para tomar consciência da situação social e política. Queriam a transformação da sociedade. Inspiradas no método “Paulo Freire” de alfabetização de adultos, executavam uma metodologia que levasse da conscientização à ação. (<http://www.diocesecaratinga.org.br/cebs-comunidades-eclesiais-de-base/...> Acesso em 03/04/2015)

<sup>2A</sup> cooperação internacional é formada na sua maioria, pelas igrejas e priorizavam a ajuda à organização e movimentos sociais com o intuito de consolidar a democracia.

estes buscavam a ampliação da justiça social, o que ameaçava a hegemonia militar. Assim, o papel dos “centros populares” foi importante no apoio e assessoria a esses movimentos sociais.

No que diz respeito a essas ONGs que surgem no período de ditadura militar, acabaram por contribuir na manutenção do sistema capitalista, mesmo tendo na história ligada o movimento de questionamento do Estado e da sociedade. Machado (2012) acrescenta:

Diante desse contexto, as Organizações Não Governamentais continuaram a surgir na América Latina buscando contribuir com o desenvolvimento do sistema capitalista por meio do abrandamento das questões sociais advindas deste mesmo sistema. Com isso, apaziguavam-se os conflitos sociais e evitavam-se as manifestações e possíveis avanços no sentido de um modelo alternativo de sociedade, o socialismo.

Os “anos de chumbo” foram turbulentos e com muita repressão aos que se opusessem ao regime militar. Apesar disso, houve um curto período de tempo em que se obteve certa estabilidade econômica, denominada “milagre econômico”. Acresce-se a isso uma aliança feita pela burguesia nacional, a burguesia internacional e o Estado com o intuito de promover o crescimento econômico aliado à repressão dos movimentos sociais.

No entanto, em 1978 o regime ditatorial inicia seu declínio e se vê pressionado para a abertura democrática. Em 1985, após o colapso do “milagre econômico”, o surgimento de um novo sindicalismo, pressões dos movimentos sociais pela democracia e greves como do ABC Paulista culminaram para o fim da Ditadura Civil-Militar brasileira.

No período de crise da ditadura, começa a florescer uma forte resistência que clama por uma democracia política e social. Novas forças de esquerda despontam, tais como o PT (Partido dos Trabalhadores), a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e outros.

Junto com essa mudança na sociedade brasileira, também ocorreram mudanças nas ONGs, que passaram a ter uma fragmentação. Perdeu seu foco reivindicativo e começou a ter um papel executor de políticas em conjunto com o Estado, na sociedade democrática.

Assim, Gohn (2000) identifica quatro tipos de ONGs atuando no Brasil: Caritativas - ligadas à caridade, maioria advinda da igreja; Desenvolvimentista - Finalidade de amenizar as mazelas sociais, tendo uma visão mais assistencialista; Ambientalista - Segmento de preservar o meio ambiente; e Cidadã - que obtinha um caráter maior de militância, por muitas vezes terem crescido vinculados aos movimentos sociais.

A partir do final dos anos 1980, tem início uma nova ordem internacional de desenvolvimento que atinge a América Latina e que se baseia nos princípios do Neoliberalismo. Esse novo modelo tem impacto direto na forma de organização e na dinâmica das ONGs. Os eventos externos também contribuíram para as mudanças, como a queda do Muro de Berlim em 1989, que coloca em questão o modelo de socialismo real nos países da Europa, mas que tem rebatimento em todo o mundo.

A mudança dos “centros de assessoria”, da década de 1970-1980, que continha uma visão política de reivindicação, ligada aos movimentos sociais buscavam a mudança efetiva da desigualdade, passaram a ter a lógica do “desenvolvimento autossustentável” buscando pleitear ações mais fragmentadas como podemos ver em Aparecida:

As palavras de ordem dos anos 1970, que nortearam a atuação dos movimentos populares como “educação popular”, “autonomia”, “<sup>3</sup>auto-organização”, “independência”, “Direitos Humanos”, etc., foram substituídos por “Ecologia”, “democratização”, “diversidade cultural”, “geração de renda”, “gênero”, “direitos cidadania”, etc. (APARECIDA, 2011, p. 20)

---

Analisando essas mudanças, percebemos a relação de complementaridade das ONGs, Estado e a política neoliberal que começa a se instalar nos anos 90 no Brasil. Na medida em que é imposta a isenção do Estado na sua responsabilidade social, por meio dessa política, o mesmo se coloca em apoiar essas instituições tornando essas ONGs meros prestadores de serviço, afastando o viés da militância e do direito conquista.

Entretanto, nem todas as ONGs estão desarticuladas dos movimentos sociais, algumas se mantêm na luta contra as contradições do sistema capitalista, assim fragmentadas em algumas lutas como a do movimento negro, LGBT e etc. Não podemos afirmar que todas as ONGs são prestadoras de serviço ao governo, isso seria cair em uma generalização, embora essa seja uma prática predominante nesse setor. Essas ONGs articuladas aos movimentos sociais conquistaram alguns avanços nas políticas públicas. Entretanto essas políticas vêm se mostrando pontuais e não estruturais, logo não vão à raiz da desigualdade social, do capitalismo, mantendo assim uma linha reformista. Porém, essas conquistas têm valores importantes para classe trabalhadora, salvo que se realiza dentro do capitalismo, cumprindo a lógica dominante.

Segundo Montaño (2002), no final dos anos 1980 constata-se uma redução dos movimentos sociais e seu protagonismo, e proporcionalmente há um crescimento de redes de ONGs com enfoque no trabalho e parcerias com as populações pobres ou pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho. Com essa mudança, as ONGs tiveram suas ações voltadas para os problemas de cidadania (ambientalista, assistência, saúde, etc), enquanto a luta social que questiona a relação capital-trabalho foi diluída.

Desse modo, as ONGs afirmam-se e popularizam-se no Brasil a partir da

década de 1980 e ganham importância mundial, conforme dito anteriormente. A popularização do termo ONG no Brasil ocorreu na década de 1990, quando o Rio de Janeiro recebe a conferência da ONU sobre o meio ambiente – ECO 92. Conjuntamente, esse megaevento ocorre no mesmo período em que o ideário neoliberal e a reestruturação produtiva começam a ganhar terreno no nosso país.

## **1.2. As configurações das ONGS na década de 1990**

Com a crise do Welfare State (Estado de Bem-Estar Social), o projeto neoliberal fundamentado no Estado mínimo avançou mundialmente para uma construção hegemônica. No Brasil, a partir da década de 1990, esse modelo foi sendo implementado por meio da retração do Estado na implementação das políticas públicas e nos investimentos das políticas sociais. Essa diminuição do investimento estatal nessas políticas abre a possibilidade de fortalecer uma parceria entre Público e Privado para implementar tais políticas. Vale ressaltar que essa parceria se fortaleceu por meio de convênios, representando a transferência de recursos financeiros para essas ONGs desempenharem um projeto. Assim o estado não ficaria aparentemente, isento da responsabilidade social.

Dessa forma, as ONGs passam a ter um papel importante na implementação dessas políticas, assumindo a execução de serviços que deveriam ser de responsabilidade do Estado.

Diante disso, as ONGs aumentaram sua força de ação na sociedade e os movimentos sociais foram perdendo seu potencial, contribuindo assim, para o ajuste neoliberal, já que o Estado diminui a sua intervenção nas políticas públicas e passa a



estabelecer parceria com as organizações não governamentais.

De acordo com Coutinho (2002), alguns argumentos neoliberais foram utilizados para justificar a mudança dos centros populares em conjunto com os movimentos sociais e as ONGs. Argumentos estes que possuem um caráter fragmentado, acrítico e pontual. Tal discurso evoca o fracasso e a queda do sistema socialista, justifica o Estado como uma instituição corrupta, falida e ineficiente para lidar com as expressões da questão social. Dessa forma, para o discurso neoliberal, a solução encontrada seria a transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil, pois assim haveria uma melhoria na qualidade dos serviços.

Os gestores de ONGs tornaram-se atores políticos e tiveram participação e treinamento em organismos como o Banco Mundial, entre outros. A promessa era que essa intervenção poderia contribuir para o desenvolvimento de países subdesenvolvidos. Porém o que se viu é que estas tampouco se tornaram redutoras da desigualdade social, visto que essas ações são pontuais e fragmentadas.

As ONGs começam a desenvolver um papel de filantropia empresarial e a estabelecer uma relação estreita com o Banco Mundial e agências financiadoras, como é o caso da Fundação Ford, Rokefeller, entre outras.

As ONGs foram classificadas em três grupos e destacaremos a seguir, de acordo com Coutinho (2002):

- ONGs Neoliberais – estão voltadas ao trabalho assistencialista e atuam com ajuda de grandes capitais. Não questiona a raiz do problema, individualiza a desigualdade.
- ONGs Reformistas – busca reformar e amenizar mazelas da Questão Social, porém com ajuda da própria burguesia. Logo não mantendo a estrutura desigual do capitalismo. Tais projetos são financiados por empresas privadas

e governos locais.

- ONGs Radicais – com o objetivo anticapitalista, estão envolvidos no movimento contra a globalização, racismo, discriminação de gênero. Buscam ser autogestionáveis. São as ligadas a movimentos sociais.

O grande dilema que afeta as ONGs progressistas (Reformistas e Radicais)

eram:

Quanto mais dependente do financiamento institucional, mais limitada a atuação das ONGs, que se deparam com um duplo dilema: se aceitam o financiamento muito dificilmente não sucumbem a lógica do patrocinador; Se permanecem autônoma mais dificuldades terão para manter suas atividades. (COUTINHO, 2011, p. 23)

Ainda assim, é possível identificar aspectos positivos das ONGs e sua importância para vários segmentos populacionais e algumas com grandes impactos. Entretanto, sob a perspectiva de classe suas ações são pontuais, fragmentadas e, portanto, reproduzem a realidade social. Além disso, permanece e convive com um dilema antigo e atual: o financiamento. Visto que as ONGs dependem de financiamentos e estes são momentâneos e/ou via prazos, não garante uma continuidade serviços.

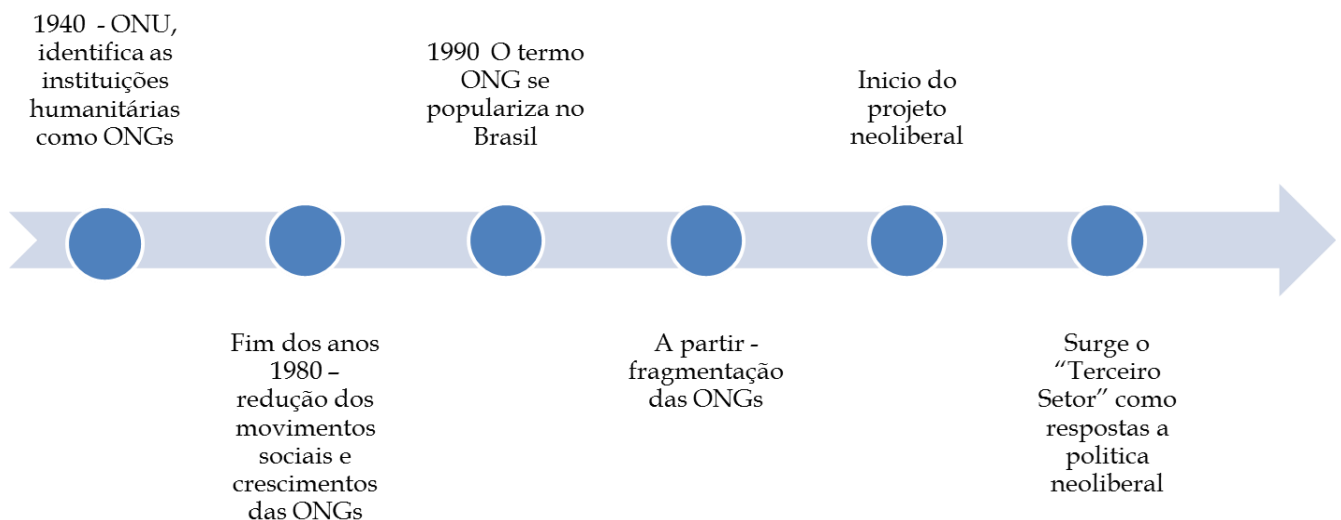
Com essa nova dinâmica, colocando a responsabilidade das expressões da questão social na sociedade civil, perde-se a perspectiva de direito garantido na Constituição Federal de 1988, uma vez que sendo uma instituição privada tem limites de atuação e de atendimentos, tem projetos vinculados a empresas privadas que impõe suas regras em troca do apoio fazendo com que a ONG não tenha autonomia do seu trabalho e um ponto importante sua história vinculada a solidariedade.

Outro ponto a ser abordado é a questão de que ONGs contribuem para oferecer emprego para parte do exército industrial de reserva, isto é, gerar emprego para os desempregados. Entretanto, se formos analisar a qualidade do vínculo empregatício,

veremos que este trabalhador contratado pela ONG não possui garantia do mesmo, o trabalhador pode ser contratado por período de tempo (RPA ou temporário), ou sem a CLT e sem estabilidade.

A importância destas instituições a partir desse momento foi levada, também, a elaboração de novas concepções que tem como objetivo decifrar esse fenômeno de ampliação das ONGs e outras entidades da mesma natureza. Surge um novo conceito chamado “Terceiro Setor”, que discorreremos a seguir.

Esta linha do tempo tem a função de clarear o que foi elaborado nesse início do trabalho e assim darmos início a mais uma etapa.



### 1.3. O chamado “Terceiro Setor” e o Neoliberalismo

Nos anos 1990, o estado brasileiro inicia a implementação do projeto/ideário neoliberal, que coincide com a nova configuração das ONGs. Grande parte destas organizações não terá mais um papel reivindicativo contra o Estado, mas como parceiras e aliadas, debitando essa mudança às novas requisições numa conjuntura de encolhimento do Estado no que se refere às políticas sociais. Temos que entender

essa conjuntura, para assim avaliarmos o papel importante que o “Terceiro Setor” tem para o neoliberalismo e as consequências na profissão do Serviço Social.

Segundo a análise incorporada por Negrão (1996), na sua dissertação de mestrado, podemos verificar duas vertentes para a ideia do neoliberalismo, uma é a que defende a subordinação incondicional ao mercado, excluindo toda intervenção estatal na economia e na sociedade - essa é a versão mais rígida, que nenhum país conseguiu implementar. A outra versão, que é predominante no mundo é a ideia da desregulamentação dos mercados, abertura comercial e do estado. Demonstraremos em seguida como se deu o processo no Brasil para se chegar nesse projeto e onde ele tomou forma.

Primeiramente, devemos entender que o capitalismo é o modo de produção vigente e começa a se consolidar no período do capitalismo concorrencial, quando busca romper com as estruturas anteriores, que limitavam o seu desenvolvimento. Netto e Braz (2010) apontam que o capitalismo concorrencial (clássico ou liberal) vigorou do fim do século XVIII até o último quarto do século XIX liderado pela Inglaterra. Os autores afirmam que foi o período de consolidação do capitalismo, marcado pela industrialização e urbanização dos países europeus e a formação de um mercado mundial, com a predominância de pequenas e médias empresas. Assim os burgueses chamam o Estado para consolidar seus interesses capitalistas, mas sua intervenção na era ainda bastante frágil. Tendo como suporte teórico as ideias liberais, principalmente através de David Ricardo e Adam Smith, o Estado era entendido como “uma espécie de mal necessário” (Boschetti e Behring, 2011).

A partir do século XIX, conforme Netto e Braz (2010), é no momento que o capitalismo começa a se transformar em um grande império, que se fortalece a luta de classes entre os burgueses e os trabalhadores e leva ao aprofundamento da

questão social. O objetivo principal do capital é maximizar seu lucro, caso ele não o faça, o mesmo será vencido pela concorrência. Para que isso não ocorra o capital começa a modernizar-se, diminuindo o investimento no trabalho vivo e ampliando o trabalho morto. Assim, aumenta a acumulação do capital e quem perde, com isso, são os trabalhadores. Segundo a lei geral de acumulação capitalista (Braz, Netto – 2011), onde mostra que quando um polo enriquece o outro empobrece, assim a cada ciclo do modo de produção capitalista as expressões da questão social se intensificam, devido a esse processo de acumulação. O ciclo do Modo de Produção Capitalista é formado pelo ápice do lucro, crise, depressão e retomada do lucro.

O momento de crise caracteriza-se pela queda da taxa média de lucro, devido a busca incessante pela acumulação cada vez mais larga. Elucidando melhor, o período de crise é quando o lucro se torna estagnado, este passa a ser igual ao anterior, ele não aumenta. As crises do modo de produção capitalista são inerentes, são cíclicas, baseando-se pela análise da Teoria Marxista, que considera que as crises são estruturais do sistema capitalista, logo não tem a possibilidade dentro do sistema capitalista não as ocorrer. Também são funcionais ao modo de produção, já que se toma medidas que acabam aumentando seu lucro ao mesmo tempo em que diminuem os ganhos da classe trabalhadora.

O modo de produção capitalista tem o ponto crucial: toda riqueza é produzida socialmente e apropriada privadamente. Dessa forma, a classe trabalhadora que é a maioria, é excluída do acesso a riqueza socialmente produzida, permanece na condição de consumidora dos produtos por ela mesmo produziu. A classe dominante que controla os meios de produção e da riqueza produzida, sempre busca o lucro e a superacumulação, sendo concretizada quando a mercadoria é vendida para consumidores que tenham condições de comprar.

As crises não tratam de um desequilíbrio entre oferta e demanda como muitas vezes é apresentado. É sim da lei tendencial da queda da taxa de lucro<sup>4</sup>. Os capitalistas juntamente com o Estado buscam medidas para conter essas crises, além de medidas econômicas e sociais que não culminem com o fim do capitalismo.

Veremos a partir de agora como se expressaram e foram solucionadas as crises no modo de produção capitalista, seu impacto na classe trabalhadora, principalmente nas políticas públicas no Brasil, nas crises de 1929, 1979 e 2008.

A primeira grande crise foi em 1929, que se expressou na quebra da bolsa de Nova York. O contexto foi o período do Estado de Bem-Estar Social, onde o capitalismo vivenciou os chamados “anos dourados”, principalmente nos países centrais. Enquanto no Brasil nunca houve de fato o Estado de Bem-Estar Social, mas simultaneamente ocorreu a ampliação dos direitos trabalhistas, que se deu em função do aprofundamento da industrialização e da luta da classe trabalhadora.

Devemos perceber que essa conquista de direitos tanto no Estado de Bem-Estar Social, não se deu apenas como medidas da crise e sim, em confronto com a classe trabalhadora para ampliação dos direitos e melhoria das condições de vida e de trabalho. No sistema capitalista, toda conquista de direito se fez por meio da luta da classe trabalhadora. Seria como Pastorini (2004) afirma em relação às políticas sociais: por um lado, são uma concessão do Estado em conjunto com a força do capital, sem modificar a ordem presente, apenas amenizam as desigualdades e tranquilizam os movimentos sociais, e do outro, são produto da luta do conjunto dos trabalhadores quem lutam por uma sociedade mais justa.

---

<sup>4</sup> Em suma: na medida em que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair. A concorrência obriga cada capitalista a tomar uma decisão (a incorporar inovações que reduzem o tempo de trabalho necessário á produção da sua mercadoria) que lhe é individualmente vantajoso, mas que ao cabo de algum tempo imitada pelos outros, tem como resultado um queda da taxa de lucro para todos os capitalistas. Netto; Braz, 2011, p. 163.

No período da crise de 1929 foram adotadas algumas medidas, que Boschetti (2008) enfatiza muito bem, as principais foram o Fordismo, Modelo Keynesiano e o Estado de Bem-estar.

1. O Fordismo é a produção em massa para um consumo em massa. Produzindo em bastante quantidade, tornando o produto barato, assim todos continuam a consumir. Entretanto para consumir não adianta apenas produzir em grande escala, assim criam-se meios para que o lucro se efetive como foi o modelo Keynesiano.
2. O modelo Keynesiano - cria políticas de regulação da economia, o Estado gera empregos, há redução da taxa de juros, aumento do rendimento da população via políticas sociais indiretamente. A política social, portanto, se constitui em medidas essenciais na resposta à crise de 1929.

A ampliação do papel do Estado na prestação de serviços vinculados às políticas sociais (saúde, habitação, previdência, educação, programas sociais) assegurou não só aumento de empregos no setor público, mas também ampliação indireta dos salários. Parte do salário “liberada” em decorrência do acesso às políticas sociais (serviços sociais públicos e gratuitos) foi impulsionado para o consumo de massa. (Boschetti, 2010, p.67).

3. Ampliação dos direitos – Segundo Boschetti

direitos mínimos para todos, mas não colocasse em xeque o padrão de acumulação capitalista, ao contrário, direitos que assegurassem a produção e a reprodução do capital. Foi o limite entre a conquista de direito e a estrutura do capital, como foi ressaltado por Boschetti isso significa reconhecer que os direitos sociais são capitalistas e sua ampliação não assegura a emancipação humana, mas podem contribuir para criar as condições materiais para melhoria das condições de vida. ( 2010, p.68)

Com todo esse processo que representava um ganho para os trabalhadores, colocaram alguns limites ao ganho do capital e várias crises assolaram o capitalismo.

Em meados da década de 1970 surge outra grande crise, mas as respostas serão distintas, se comparadas com a crise de 1929. Em 1970, a crise se apresentava

com a alta do preço do petróleo, que afetou o mundo inteiro.

Os neoliberais afirmavam que a crise ocorria em função da ampliação dos direitos sociais, das políticas sociais e dos direitos conquistados no âmbito trabalhista. Para contenção desta crise, foram implementadas medidas neoliberais, a globalização e a reestruturação produtiva e uma das consequências foi o retrocesso aos direitos sociais conquistados. Nos países da América Latina, como é o caso do Brasil tiveram expressões diferenciadas dos países centrais, devido ao processo de dependência e exploração dos países subdesenvolvidos.

No Brasil, a crise tem início a partir de meados da década de 1970 e se aprofunda após o término da ditadura, momento em que contraditoriamente se tem a ampliação dos direitos na Constituição Federal de 1988. No início da década de 1990 há uma tensão entre a ampliação dos direitos e sua materialização, em um contexto de crise mundial. O Brasil se adequa às determinações dos organismos internacionais ditados, principalmente pelo Consenso de Washington, consenso esse, entre instituições internacionais, países europeus e americanos, que condenavam a inflação da América Latina, a falta de controle fiscal sobre as finanças públicas, debitando a esses fatores a crise dos países latino-americanos além da forte presença do Estado na economia. O que levou a implementar a política neoliberal que nada mais era que uma economia aberta, retração do Estado, privatizações, liberdade para o mercado gerir sem a intervenção estatal. Para impulsionar o desenvolvimento era preciso controlar a inflação, implementar um programa inflacionário, investir nas privatizações e reduzir a intervenção do Estado da economia.

Houve a ideia de que após anos de economia fechada, a única maneira de aumentar a eficiência da economia, nos países da América Latina seria a abertura para a concorrência internacional, a ideia foi forçar os países que quisessem



renegociar as dívidas a mudar de economia fechada para aberta. Esses países ampliaram as condições para a entrada do capital internacional, principalmente na área de infraestrutura. Os idealizadores dessa estratégia acreditavam que assim teria um desenvolvimento eficiente.

O consenso de Washington teve como conclusões, resumidamente em 10 pontos:

- 1) Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos a arrecadação, eliminando o déficit público;
- 2) Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura;
- 3) Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com mais peso nos impostos indiretos e menos progressividade nos impostos diretos;
- 4) Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam as instituições financeira internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor;
- 5) Taxa de câmbio competitiva
- 6) Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos a exportação, visando impulsionar a globalização da economia;
- 7) Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro;
- 8) Privatização, com a venda de empresas estatais;
- 9) Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas;
- 10) Propriedade intelectual. (Negrão, p.4).

Por outro lado, no âmbito produtivo a reestruturação produtiva e o intenso desenvolvimento tecnológico e a substituição do modelo de produção fordista-taylorista pelo toyotista, foi uma medida para conter a crise.

A crise estrutural da década de 1970 foi acompanhada por um intenso avanço tecnológico, principalmente na indústria robótica e microeletrônica, que desencadeiam intensas alterações no processo de trabalho vinculado a um impressionante aumento da produtividade. No modo de produção capitalista, o desenvolvimento dos meios da produção é acompanhado pela redução dos trabalhadores, em consequência da necessidade do capital de rebaixar custos de produção para alcançar lucros maiores, além da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto.

O toyotismo se refere a um modelo de produção que surge na empresa

japonesa Toyota durante meados da década de 1950, que pode ser caracterizado da seguinte forma.

Em seus traços mais gerais, o toyotismo (via particular de consolidação do capitalismo monopolista do Japão do pós-45) pode ser entendido como uma forma de organização do trabalho que nasce a partir da fábrica Toyota, no Japão e que vem se expandindo pelo Ocidente capitalista, tanto nos países avançados quanto naqueles que se encontram subordinados. Suas características básicas (em contraposição ao taylorismo/fordismo) são:

Sua produção muito vinculada à demanda; ela é variada e bastante heterogênea; fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multi-riedade de funções. Tem como princípio o just in time, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funciona segundo o sistema de kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque que, no Toyotismo, devem ser mínimos. Enquanto na fábrica fordista cerca de 75% era produzido no seu interior, na fábrica toyotista somente cerca de 25% é produzido no seu interior. Ela horizontaliza o processo produtivo e transfere à “terceiros” grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela. (ANTUNES, 2008, p. 9).

Além disso, cabe ressaltar que o toyotismo permite um menor investimento de capital devido à flexibilidade da produção, de maneira que permite adaptar o custo investido na produção à demanda do mercado. Outra característica do toyotismo é a intensificação na exploração do trabalhador, que é obrigado a desempenhar múltiplas funções, garantindo assim uma maior extração da mais valia para o capital.

Com isso, há uma expansão do desemprego estrutural, fragmentação cada vez maior da classe trabalhadora, além da precarização do trabalho por meio da terceirização, subcontratos, trabalho temporário, entre outras formas.

O Brasil passa a adotar esse modelo neoliberal a partir do início dos anos 90, no governo Fernando Collor de Melo. Este período foi o primeiro a diminuir a proteção alfandegária e a massificar um processo antigo de privatizações, mas foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que intensificaram-se as privatizações dos setores de infraestrutura. A tese central do neoliberalismo é de que o Estado é o causador da

crise, já que se gasta muito com políticas sociais o que leva a um déficit nos cofres públicos. Já os setores privados, são sinônimos de eficiência e qualidade. A solução torna-se, então investir na diminuição do Estado, ele deve reduzir a uma proporção mínima, apenas necessária para a reprodução do modo de produção capitalista.

Para justificar tais transformações, há um aparato político ideológico que responsabiliza o Estado pela conjuntura econômica desfavorável.

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p.10)

E assim tiveram o início das privatizações. O Brasil se abriu para o capital internacional, o mercado como agente organizador da nação, enquanto os trabalhadores começavam a ter seus direitos retirados. Passado um tempo, o então Presidente Collor sofre impeachment por conta da corrupção de seu governo. Entretanto, o projeto neoliberal não foi junto com ele, pois seu vice Itamar Franco continuou com a mesma política ideológica, econômica e social.

Naquele momento dois projetos se apresentavam: candidato Luiz Inácio Lula da Silva, que tinha como objetivo:

a ampliação do mercado interno, buscando agregar ao consumo a enorme massa de excluído do país; a ampliação da democracia do campo da política para os campos sociais, econômico e cultural e a presença do Estado (democraticamente controlado) nos setores fundamentais e estratégicos. (Negrão, p.6)

E do outro lado havia o FHC, um forte candidato com ideário neoliberal, e por isso, teve uma gama de apoiadores e logo foi eleito. Todavia, o grande “eleitor” de FHC foi o Plano Real, que consistia em baixar e manter a inflação, estabilizada. Obviamente isso foi importante, a renda da população teve uma melhora, mas isso não foi suficiente, pois o desemprego e emprego informal cresceram. Para caracterizar as medidas neoliberais, Negrão aponta para 6 atitudes:

- 1) Há estudos no Ministério do Trabalho para permitir a precarização legal da contratação de trabalhadores.
- 2) As reformas propostas por FHC, como as da Previdência, Administrativa e da área econômica tentam abrir espaço para o mercado, diminuindo o papel do Estado.
- 3) Sofremos de “executivismo”: nunca antes o Executivo legislou tanto, seja por meio das medidas provisórias ou de projetos enviados ao Congresso. Ao mesmo tempo, se procura evitar que a oposição modifique determinadas medidas, através do fim dos chamados destaque de votação em separado.
- 4) O programa de privatizações continua em marcha, ainda aceitando as moedas podres.
- 5) A taxa de juros, mantida excessivamente alta, ao lado da abertura ao capital financeiro internacional, e uma forma de atrair para cá o chamado capital volátil, em boa parte especulativo.
- 6) A falta de medidas protecionistas leva de roldão setores inteiros da economia brasileira, como calçados, têxtil e outras peças. E com eles, vão-se os empregos, enquanto os “consumidores” podem comprar tênis americanos da Nike fabricados na China, na Coréia, na Indonésia, na Tailândia, onde adolescente e mulheres trabalham 12, 16 horas por dia em troca de um salário diário de US\$ 1,80 e o Wal Mart, recém instalado no Brasil, vende camisas, pastas, mochilas e – o mais incrível- bolas de futebol fabricadas no Paquistão, onde o salário também beira os 30 dólares mensais.

O primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC representou para as massas trabalhadoras brasileiras, o que podemos qualificar como desastre devido ao seu posicionamento diante das políticas sociais e dos direitos sociais.

O Brasil neste período se mostrava extremamente injusto socialmente, pois havia uma profunda concentração de renda nas mãos dos mais ricos. Porém, isso não foi o resultado do governo FHC, mas sim de um processo histórico brasileiro, onde a classe dominante sempre se manteve com privilégios e repressão a classe subalterna. A grande exploração e dominação da massa acentuam-se na ditadura militar, pela burguesia latifundiária e as empresas transnacionais, principalmente a norte americana.

Com o fim da ditadura, e da mobilização da população, se consagrou a Constituição Federal de 1988 e podemos afirmar que foi um grande avanço social. Entretanto ela não acabou com a exploração da burguesia.

A Constituição de 1988 pela primeira vez na história brasileira, acenava para uma conquista real da classe trabalhadora. Uma vez que consagrou social. Essa conquista, só foi possível diante da mobilização contra a ditadura e a transição para a democracia. No plano internacional, ocorria uma crise do Estado de Bem Estar Social e legitimavam o ideário neoliberal. FHC começou a colocar em prática seu projeto, junto a burguesia, fragilizando a Constituição de 1988, com o pretexto de modernização e de ingresso no Primeiro mundo.

Podemos afirmar que os gastos com as políticas sociais no governo FHC foi uma sabotagem (Netto, 1999). Vamos analisar as quatro áreas desse sucateamento. Primeiro sabendo que essas áreas são relevantes para a vida do trabalhador.

1. Educação - Segundo o estudo do Professor da Universidade de São Paulo, Carlos Eduardo Baldijão, apud Netto, 1999, p.82, mostra a diminuição máxima de investimento na área da educação, conforme o estuda:

Enquanto crescia as demandas, o governo FHC sistematicamente cortava recursos, e isto em todos os programas da área da educação – conforme o comprovam os mesmo estudos de Baldijão (considerando apenas recursos autorizados):

- No programa “educação de criança de 0 a 6 anos”, o corte, de 1995 e 1988, foi de 17,74%.
- No programa “Ensino fundamental”, no mesmo periodo, o corte foi de 15,28%;
- No programa “Ensino superior”, o corte, entre 1995 e 1988, chega a 28,7%;
- No programa “Ensino supletivo”, o corte, no primeiro governo FHC, foi da ordem de 82,17%.

2. Na Saúde se teve também uma grande retirada dos recursos, vejamos:

Eis a evolução dos recursos autorizados (em bilhões de reais):  
 1995.....19.962                      1996.....18.583                      1997.....21.489  
 1998.....19.101” (Idem, Idem, p.83).

Assim o problema de saúde se agravou, devido a um sucateamento dessa política. E cada vez que essas políticas são minimizadas, é a classe trabalhadora que sofre os rebatimentos, pois fica com o serviço de baixa qualidade e precarizado.

3. Política de Trabalho, foi outra que se reduziu gradativamente:

O importante subprograma “Prevenção do acidente do trabalho”, no qual foram aplicados, em 1955, 405.795 reais, foi contemplado, na proposta orçamentária de 1988, com 140.000 reais. O subprograma “Fiscalização das relações do trabalho”, como qual foi gasto, em 1955, 8.052.985 reais, recebeu, na proposta de 1988, a dotação de 4.342.000 reais. (Idem, Idem, p.84).

#### 4. Assistência e Previdência Social

Em 1995, o gasto público federal nestas áreas equivaleu a 43,4% da receita; em 1966, caiu para 40,1%; em 1997, o gasto autorizado chegava a 39,9% e, na proposta orçamentária de 1988, bateu nos 39,1% (Netto, 1999, p.84)

Podemos perceber que a constituição da Seguridade Social, colocada na constituição de 1988, foi cada vez mais sendo inviabilizada pelo governo. Netto (1999, p.85, grifo do autor) aponta o avanço desse conjunto:

A articulação proposta na carta de 1988, constitutiva de uma concepção de Seguridade Social muito similar àquela desenvolvida nos modelos mais avançados de *Welfare State*, além de inovar profundamente a nossa cultura política (o próprio conceito de Seguridade Social, formulada há muito pela OIT, só em 1988 foi incorporada aos diplomas oficiais brasileiros), projetava uma radical transformação nas *práticas* das políticas sociais implementadas no país: rompia com o casuísmo, o emergencialíssimo e a dispersão das políticas setoriais.

Então, o governo colocou em prática procedimentos com a mesma finalidade do que se encontra na atual Constituição, porém com a manipulação das receitas, pois se desviava recursos da seguridade social. Os recursos desviados foram remanejados para áreas de interesse dos capitalistas, especialmente no pagamento de títulos da dívida. A dívida interna e externa cresceu significativamente no primeiro governo do FHC (a dívida externa foi de 149 bilhões para 229 bilhões de dólares).

Com isso, os donos dos títulos da dívida são recompensados, e os usuários das políticas sociais sofrem com o sucateamento, desqualificação, precarização, que o próprio governo considera um caos. E esse caos é produzido intencionalmente, já que isso faz parte de seu projeto político, cuja orientação é privatizar e mercantilizar, retirando a responsabilidade do Estado. E assim, coloca a classe trabalhadora cada vez mais segmentada, entre os que podem pagar por um serviço de qualidade e os que não podem pagar ficam com um serviço desqualificado.

As privatizações se dão preferencialmente na política de Assistência, transferindo a responsabilidade para a sociedade civil, e assim perde um pouco o caráter de direito e se conduz a uma solidariedade-filantrópica. Nesse momento há um “boom” das instituições coordenadas pela sociedade civil, que falaremos em outro capítulo. O Estado realiza parcerias com essas instituições e assim mostra que faz parte dessa atividade.

Não é por acaso que no governo de FHC o espírito de “responsabilidade social” das empresas começou a crescer. E o que restaria ao setor público são medidas emergenciais, logo focalizadas e superficiais. Assim, os números de instituições ditas do “Terceiro Setor” começam a crescer.

As políticas de Saúde e Previdência sofrem uma mercantilização e o aumento significativo do número de empresas vendendo esses serviços para a população. E o Estado permanece com a cobertura da população mais carente.

No desenvolver desses processos tem início o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que apresentava como uma mudança de ideias e compromisso com a classe trabalhadora. Contudo, o mesmo continuou com as políticas neoliberais, agravando a situação da classe trabalhadora.

O governo Lula, que se inicia em 2003, vem com um forte apoio de movimentos sociais e amplos setores de esquerda; no entanto, em 2002, com a Carta ao Povo Brasileiro, o PT já demonstrava seu intuito de dialogar com os representantes do capital, em cumprir os contratos e ter responsabilidade fiscal. Quando alguém se propõe a negociar com setores opostos, não poderá agradar a ambos nas mesmas proporções, e quando se trata de capital e trabalho, a prioridade de um governo é claramente a favor do primeiro.

Assim, sob a capa de esquerda, com discurso conciliador, Lula inicia seu

governo como um bom neoliberal, aprovando a Reforma da Previdência, adotando políticas de austeridade, continuando – sob um verniz social – a política macroeconômica de Fernando Henrique Cardoso. A partir do segundo mandato, seu governo passa por algumas mudanças dentro da mesma linha, como demonstra Netto (2010)

através do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES), o governo federal passou a bancar um forte processo de centralização/concentração de capital, oferecendo vultosos recursos financeiros a grandes grupos capitalistas para investimentos no país e no exterior (garantindo, inclusive, notável expansão de corporações brasileiras que já operavam no estrangeiro). E, no plano interno, através de iniciativas como o *Plano de Aceleração do Crescimento* (PAC), reverteu-se a curva descendente (que vinha do primeiro governo Cardoso) do crescimento econômico até então verificável, malgrado os impactos da crise internacional de 2008, que se manifestaram no país no ano seguinte. (p.26)

Os países capitalistas enfrentaram outra grande crise em 2008, que se expressou na bolha de especulação imobiliária no EUA, que foi devido às reformas do Estado e assim acabaram tendo efeitos devastadores para a classe trabalhadora. No Brasil, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirma que a crise veio como uma “marolinha”, mas só foi assim devido às medidas econômicas que foram tomadas, como: o superávit elevado, controle da dívida pública; havia uma taxa de emprego crescente e o Brasil possuía uma robusta arrecadação tributária. Entretanto, quem saiu perdendo com essas medidas foram as políticas sociais.

Lula afirmou que estava blindado com crise e que isto era resultado da sua política macroeconômica, porém sabemos que essas políticas são amargas para o trabalhador e doces para o capital. (Bochetti, 2010 p.74) Em meio a essa crise, convivemos com a mundialização do capital, que segundo Boschetti se revela como um problema em relação ao mercado de trabalho, salários, no sistema de proteção social, na concentração de riqueza e na socialização da política.

Nos países centrais em que a produtividade é constituída com baixo custo,



acabaram por reduzir salários e a proteção social, pois estes esclareceriam o custo da força de trabalho. (Boschetti, 2010, p. 72).

Segundo Boschetti (2010, p.72): “Isso significa que a mundialização da produção e o comércio de mercadoria e dinheiro não significam redistribuição da renda e riqueza entre países ‘ricos’ (capitalismo central) e ‘pobres’ (capitalismo periférico) ”.

O antídoto para essa crise foi o controle da dívida pública, então o governo utiliza mecanismos que facilitam o pagamento, como é o caso da DRU, Desvinculação de Receitas da União, que possibilita 20% de qualquer orçamento da união para gastar como quiser. Então, foi retirado da seguridade social e colocado para pagamento da dívida. Além do superávit primário que é uma receita do governo para o pagamento da dívida.

Esses dois “antídotos” do Brasil contra crise, na prática, aumentam o fosso entre ricos e pobres e agravam a concentração de renda, pois favorecem a manutenção e ampliação de lucro para o setor financeiro e provocam contenção dos recursos destinados às políticas sociais, em especial à seguridade social. (Boschetti, 2010, p. 77).

A crise de 2008 teve forte expressão na quebra de bancos norte-americanos. No Brasil, se analisarmos, o lucro dos bancos continuaram exorbitantes, logo as medidas do governo de socorro aos bancos foram essenciais para sua não decadência. Como mostra a Boschetti (2010, p. 79)

Fica evidente que uma das estratégias adotadas pelo governo foi socorrer os bancos, reduzir impostos sobre produtos industrializados para favorecer o consumo, e com isso, tentar manter a produção em ritmo “controlável” de modo a evitar uma recessão profunda.

Fica evidente que a não intervenção estatal na economia fracassou, e mudou a partir dessa crise. Foi assegurado o socorro aos bancos e empresas pelo Estado para garantir a sobrevivência em momentos de crise. Além das medidas já citadas anteriormente, em 2008 e 2009 são adotadas as reduções dos impostos, principalmente IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), e assim aquece a venda

de mercadoria; programas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que favoreceram as empresas e o sistema financeiro, além dos setores de serviços. Então, amplia-se o consumo de pessoas físicas e dos governos, aquecendo a economia e endividando o povo com dívidas de longo prazo, pois já não havia tanto o aumento da renda. E o Estado que se endivida cada vez mais, vendendo títulos da dívida pública e contratando serviços privados.

Concomitantemente, o governo Lula leva a cabo uma política assistencialista organizada em torno do Programa Bolsa Família, de baixo custo, mas com alto valor ideológico tanto pros setores mais ricos quanto aos mais pobres, estes diretamente afetados pela política. Além disso, “seu impacto sobre os assistidos é real: mitiga-lhes a indigência e lhes garante ao menos a reprodução biológica” (Netto, 2010, p. 27).

Dá-se assim o crescimento da mercantilização dos serviços públicos, tornando as políticas sociais cada vez mais focalizadas nos mais necessitados e escondendo o direito garantido na constituição de 1988.

#### **1.4. “Terceiro setor” e os governantes brasileiro**

Desde FHC até os dias atuais no Brasil, o “Terceiro Setor”<sup>5</sup> vem ganhando espaço. O termo vem sendo usado para designar atividades fora da esfera do Mercado Privado e do Estado.

Segundo Montaño (2010) o termo surge por motivo de interesse capitalista, além de ser dividido em setores. Que são conhecidas como 1º setor é o Estado, o 2º

---

<sup>5</sup> Carlos Montaño (2002) tem uma crítica em relação a essa concepção por isso o uso das aspas.

o mercado e o 3º a sociedade civil ou então “terceiro setor”. É importante notificar, que no estudo do autor Montaño, esse conceito carrega debilidades que obscurecem o objetivo real do conceito. Transformando essa divisão de setores em um fato natural e escondendo o interesse da classe dominante. Assim não percebendo que o “terceiro setor” cumpre um papel importante na ideologia dominante e mais ainda no neoliberalismo.

Com o termo, a luta de classe perde a centralidade e entra no lugar da “luta contra a pobreza”, “cidadania” e da “inclusão social”, exerce um papel importante ao amenizar os problemas causados pela economia globalizada, principalmente ao desemprego, com respostas e ações pontuais apenas para amortecer as tensões sociais.

O “Terceiro Setor” não surge em um contexto de lutas e políticas avançadas, pelo contrário, é a resposta às políticas neoliberais de desmonte dos direitos conquistados. E esse termo tem um papel importante no reforço do conceito de “carentes” e “excluídos”. A palavra excluída é usada para o exército industrial de reserva é usado equivocadamente, já que essa população dita como tais, não estão fora do sistema capitalista, estão integrados e ainda por cima exercem um papel importante com o rebaixamento do salário. Buscam “incluir” esses indivíduos, mas sem buscar o essencial do motivo desse grupo estar fora do circuito vivo de trocas sociais.

As organizações do “Terceiro Setor” propõem atividades que por mais bem-intencionadas que sejam, lutam pela conquista do “mínimo”, por uma justiça social, que é impossível no modo de produção capitalista.

O “Terceiro Setor” está integrado as organizações de cunho religioso, as fundações, associação beneficente e assistenciais, as organizações voluntárias e

Organizações dos Trabalhadores (cooperativa) e as ONGs que foram alinhadas ao Estado a partir da mudança de 1990.

## **2. REDIMENSIONAMENTO DO ESTADO E OS REBATIMENTOS NA PROFISSÃO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Neste segundo capítulo, avalia-se que é de suma importância a discussão sobre as transformações ocorridas no Estado, o novo modelo de acumulação capitalista e seu desenvolvimento, e entender as refrações da questão social em conjunto com a ação do Estado. Além disso, é importante enfatizar como essas mudanças impactam o Serviço Social na atualidade e o seu redimensionamento no

mercado de trabalho, tendo como referência a análise de lamamoto (2015) dos anos 1980 até hoje. Para isso, será feito um breve resgate histórico do surgimento da profissão no Brasil para entender as mudanças que ocorreram na profissão e, dessa forma, debater essas novas mediações, afirmando assim os princípios ético-profissionais.

## **2.1. Novas configurações do Estado**

Para apreender como se deu essa nova configuração do Estado na atualidade, é necessário fazer um breve resgate das fases capitalistas de desenvolvimento e o papel do Estado em cada uma delas.

Segundo Braz e Netto (2010), o capitalismo concorrencial foi a fase de estabilização do modo de produção capitalista, um momento que o capitalismo buscava romper com as estruturas dos sistemas anteriores, que limitavam o desenvolvimento do modo de produção. É neste momento que a burguesia captura o Estado para que atenda aos seus interesses, tornando-o um importante instrumento na consolidação do capitalismo.

A partir da segunda metade do século XIX, o modo de produção capitalista passa por uma série de transformações que alteram a dinâmica da produção e reprodução culminando num novo estágio deste modo de produção, a fase monopolista. Netto e Braz (2010) destacam como principais transformações o desenvolvimento tecnológico, a concentração e centralização do capital e o protagonismo alcançado pelos bancos no desenvolvimento capitalista. É no capitalismo monopolista que o Estado inicia uma “intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da questão social”. (NETTO, 1992, p. 26)

Uma importante análise de Mandel (1923) evidencia que o Estado é recriado e

aprimorado pelos interesses da classe burguesa, entretanto, é permeável aos interesses da classe trabalhadora, em decorrência das lutas de classe. Portanto, o Estado não é uma estrutura neutra, ela tem um lado, porém nunca deixando o outro totalmente. Neste sentido, é importante pensar o Estado vinculado das relações de produção capitalista. Hoje no estágio do capitalismo tardio<sup>6</sup>, o Estado tem o papel muito importante na superacumulação do capital, garantindo de diferentes formas como: integrar, garantir a produção e reprodução e repressão. Em momentos de crise o Estado é a maior base para salvar os grandes capitais.

Outra característica do capitalismo tardio é a suscetibilidade crescente do sistema social a explosivas crises econômicas e políticas que ameaçam diretamente todo o modo de produção capitalista em consequência disso, a “administração das crises” é uma função tão vital do Estado na fase tardia do capitalismo quanto sua responsabilidade por um volume enorme de “condições gerais de produção” ou quanto seus esforços para assegurar uma valorização mais rápida do capital excedente. Economicamente falando, essa “administração das crises” inclui todo o arsenal das políticas governamentais anticíclicas, cujo o objetivo é evitar, ou pelo menos adiar tanto quanto possível, o retorno de quedas bruscas e catastróficas. (Mandel, 1985, p. 340).

Assim, desde a passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo dos monopólios, onde o imperialismo é a característica fundamental de um capital que ganha cada vez mais o mundo e ultrapassa quaisquer barreiras naturais e sociais, tanto no período “clássico” (primeira fase do imperialismo) quando no período “tardio” (segunda fase). Há o papel essencial do Estado como organizador político, social e econômico do capitalismo, garantidor não só externo (via coerção), mas também interno dos rumos do modo de produção, estando inclusive passível à incorporação de demandas da classe trabalhadora, como característica contraditória das políticas

---

<sup>6</sup> O capitalismo tardio é o momento de segunda fase do imperialismo, pós-segunda guerra mundial, donde se percebe um grande crescimento das forças produtivas, apoiado no desenvolvimento tecnológico, redução do emprego industrial e crescimento do setor de serviços, bem como terceirização e precarização dos postos de trabalho. Há nesse período o que se chama de “mundialização do capital” e estabelecimento de um “consumo de massa”.

sociais, sem jamais deixar seu caráter de classe burguês.

## **2.2. Constituição do Serviço Social no Brasil**

No Brasil, foi no processo de industrialização e urbanização que se criaram as condições para o surgimento do Serviço Social, que se dá na década de 1930, nasce neste momento à institucionalização da profissão que estava alinhada com as alterações do processo comercial agrícola para modelo industrial. Quando se iniciou a busca da burguesia industrial em ter o apoio do Estado para o enfrentamento da questão social, segundo Yamamoto (2005, p. 18) "o debate sobre a 'questão social' atravessa toda a sociedade e obriga o Estado, as frações dominantes e a Igreja a se posicionarem diante dela". A igreja com seu trabalho de assistencialismo já não era suficiente para amenizar as mazelas, porém teve um papel fundamental na abertura das duas primeiras escolas de Serviço Social do Brasil: a Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1936 e a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, em 1937. Assim, o Estado regulamenta o trabalho dos Assistentes Sociais.

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho que realiza sua ação profissional no âmbito das políticas públicas, na esfera pública e privada. Logo, seu maior empregador é o Estado. Sua função principal é intervir nas expressões da questão social, compreendida pela relação Capital X Trabalho, apropriação privada dos meios de produção e a luta de classe.

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (Yamamoto, 2015, p.27).

O Serviço Social Brasileiro, sustentado no pensamento conservador, estava fortemente vinculado à ordem vigente e suas práticas baseavam-se no “espontaneísmo e praticismo”. A prática profissional era pautada pelos interesses da burguesia fazendo desse trabalho um mero reprodutor do sistema.

Desde 1960, o Serviço Social inicia um processo de amadurecimento de ideias para um projeto profissional ligado aos interesses da classe trabalhadora. Nesse momento o mundo passa por momentos de mudança, como foi a revolução cubana. Essa construção se dá em conjunto com a redemocratização da sociedade brasileira e tem suas bases no Movimento de Reconceituação. Segundo Netto, se inicia na década de 1960, porém só se efetiva na década seguinte nas escolas de Serviço Social latino-americanas. Esse movimento questionava a importação de tecnologias e as práticas assistenciais dentro do Serviço Social. O movimento foi tipicamente latino-americano e se deu especificamente entre 1965-1975, protagonizando diversos seminários de teorização da profissão. Assim a categoria começa a teorizar a profissão, dando uma resposta ao Serviço Social Tradicional.

Netto (1999) aponta três elementos no processo de Reconceituação, o primeiro é sobre o arcabouço teórico: havia diversas teorias sobre o marxismo, retirada de fontes diversas e não originais; o segundo é sobre as alternativas metodológicas: crítica ao empirismo e positivismo; Em terceiro, o caráter político da profissão: à incapacidade de desvendar a sociedade e o afastamento das organizações operárias.

Netto (2001, p.151-64) apresenta três vertentes que se estavam presentes no processo de renovação do Serviço Social no Brasil e instauraram o ecletismo ou o pluralismo profissional: a tendência modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

O Congresso da Virada, em 1979, é um marco daquilo que se caracterizou



como *intenção de ruptura* (Netto, 1999) dentro da profissão, quando alguns sujeitos, orientados por uma perspectiva crítica levaram-na ao III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. O Código de Ética Profissional de 1986 é o documento que condensará essa mudança na profissão, porém caindo num certo messianismo, com confusões sobre a diferença entre profissão e partido, que será revisto em 1993, com a manutenção do seu viés crítico, claramente influenciada pela perspectiva marxista.

Tal repercussão foi favorecida, ademais, pelas modificações ocorridas no próprio corpo profissional (seu aumento quantitativo, a presença crescente de membros provenientes das novas camadas médias urbanas etc.) No entanto, para a constituição de um novo projeto profissional, a condição política, primeira e necessária, não é suficiente – outros componentes deveriam comparecer para que ele tomasse forma. (NETTO, 1999, p.11).

Dessa maneira, a perspectiva crítica recoloca o Serviço Social na sociedade brasileira com outra forma de pensar e agir nos processos sociais e reorientando sua intervenção nos espaços sócio ocupacionais onde se insere, numa perspectiva a favor da classe trabalhadora. Tal perspectiva colocará um projeto profissional que questiona o conservadorismo historicamente hegemônico no Serviço Social, mas que ainda se faz presente. Denomina-se de Projeto Ético e Político do Serviço Social (PEPSS) o que estará num arsenal teórico, político e normativo com base na perspectiva crítica (com ênfase especial no marxismo), articulando-se a um projeto de sociedade anticapitalista. Assim, o Serviço Social passa a tratar a sua intervenção não mais como assistencialista e focal, mas acima de tudo na defesa dos direitos sociais e à defesa da democracia.

Percebemos que é um processo recente que vai se consolidando com a crise da ditadura. Tanto o corpo profissional quanto a população exigiam a ruptura do regime ditatorial.

A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo

da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – condição política – para a constituição de um novo projeto profissional. (NETTO,1999, p. 10).

Segundo Netto outros elementos foram importantes para realização do PEPSS, tais como a legitimação do Serviço Social no âmbito acadêmico, com cursos de pós-graduação, onde foram espaços fundamentais para a produção de conhecimento.

Netto (1992) discorre de que o Serviço Social

Não é uma ciência nem dispõe de uma teoria própria; mas o fato de ser uma profissão não impede que seus agentes realizem estudos, investigações, pesquisa etc. e que produzam conhecimento de natureza teórica, incorporáveis pelas ciências sociais e humanas. Assim enquanto profissão, o Serviço Social pode se constituir, e se constituiu nos últimos anos, como uma área de produção de conhecimento, apoiada inclusive por agências públicas de fomento a pesquisa. (p.12).

Isto significa que, a produção de conhecimento, assentada na tradição marxista, permitiu que os Assistentes Sociais tivessem uma teoria inclinada para projetos societários voltados para a massa trabalhadora e com visão crítica das relações socioeconômicas.

Em 1982 ocorre a reforma curricular, com grandes debates acerca da formação profissional. Que trouxeram mudanças importantes para a base de formação.

Redimensionar o ensino com vista a formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, as demandas tradicionais e as demandas emergentes na sociedade brasileira- em suma, a construção de um novo perfil profissional.(Netto, 1999, p.13).

Foi nesse processo que ocorreu um alargamento da prática profissional, tanto pela crescente produção de conhecimento, como também o amplo mercado diversificado que vem se abrindo até os dias de hoje. Principalmente no Terceiro Setor, já que vira um executor das expressões da questão social.

No entanto, os desafios são grandes para a profissão, se não é de hoje que tanto a formação acadêmica quanto o mercado de trabalho sofrem com precarização e privatizações. Essa tem sido a realidade mundial desde a crise dos anos 1970 e no

Brasil a partir dos anos 1990, com a entrada do neoliberalismo, que desestrutura as (poucas) políticas implementadas pela Constituição Federal de 1988.

Contrarreforma do Estado (Behring), retirada de direitos trabalhistas, desmantelamento dos sindicatos combativos e fortalecimento dos sindicatos pelegos, dentre outros processos; no âmbito da formação com o avanço do EaD- Educação a Distância, implementação do REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, fortalecimento do PROUNI- Programa Universidade Para Todos, etc;

Nesse contexto em que se coloca o assistente social (com todo o peso que carrega sua condição de trabalhador assalariado), surgem obstáculos cada vez maiores. Mesmo em cenário tão complicado é importante que essa categoria profissional não desanime. Necessariamente deve-se buscar formas de avançar com formação e intervenção profissionais críticas, criativas, comprometidas e competentes (Iamamoto, 2005) contra toda barbárie.

Dessa forma, não se trata apenas de operacionalizar as políticas sociais, embora seja importante, mas faz-se necessário conhecer as contradições da sociedade capitalista, da questão social e suas expressões que desafiam cotidianamente os assistentes sociais, pensar as políticas sociais como resposta a situações indignas de vida da população mais empobrecida e com isso compreender a mediação que as políticas sociais representam no processo de trabalho do profissional, ao deparar-se com as demandas da população.

### **2.3. Atual mercado de trabalho do Assistente Social**

O contexto de desresponsabilização do Estado, já mencionado anteriormente, nos remete a algumas transformações no campo do Serviço Social, visto que a uma diminuição da intervenção estatal no enfrentamento das expressões questão social

tem levado o aumento da sociedade civil, representada aqui pelo Terceiro Setor. A isto, Montaño (2010) denomina “tese da passagem” ou da “compensação”, abrindo campo de atuação para o Assistente Social, que historicamente e, ainda majoritariamente, exerce sua prática profissional na execução das políticas sociais em âmbito governamental.

O Serviço Social tem até hoje como seu maior empregador o Estado, dependendo da conjuntura social a ação do Estado poderia ser maior ou menor. Todavia, o setor privado vem se fortalecendo como tal, na medida que o Estado diminui sua intervenção nas expressões da questão social, volta-se a discussão do Terceiro Setor, que surge no momento do desmonte dos direitos sociais, justificando sua expansão como alternativa ao trato da questão social. Dessa forma, configura-se a atuação do Serviço Social, dentro desse processo de “contrarreforma” do Estado.

Segundo Montaño (2010) a “contrarreforma” do Estado trouxe impactos na profissão. Já que cria novos espaços de atuação para o Serviço Social, e carrega uma grande dicotomia entre o que está na lei de regulamentação da profissão (Lei 8.662/39) e a garantia de direito.

No âmbito do Serviço Social, pensa-se, em muitos casos, numa passagem do espaço ocupacional profissional da órbita estatal para o da sociedade civil, ou para usar a terminologia mais empregada, para o “terceiro setor”. Entende-se que o campo de trabalho que se fecha, se precariza, ou não se abre para os Assistentes Sociais na órbita do Estado, é compensado pelo espaço ocupacional que se cria no crescente “terceiro setor”. (MONTAÑO, 2010, p.222).

Na medida em que é implementada a ideia do “Terceiro Setor” pelos neoliberais, onde tem a função de dar resposta às expressões da questão social no lugar do Estado, a demanda por Assistentes Sociais nesse campo cresce. Entretanto, grande parte desses espaços trazem de sua origem até os dias de hoje a ideia da ajuda, solidariedade, filantropia. Além de o serviço ser focalizado em determinados segmentos. Ademais, as instituições que se enquadram nesse modelo se baseiam na

seletividade, retirando das políticas sociais o seu caráter universal.

Grande parte dessas instituições se caracterizam como vinculadas à Política de Assistência Social, e segundo a Constituição Federal, Seção IV Art. 203.

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

De acordo com a própria Constituição Federal, a Assistência Social é direito a quem dela necessitar, porém muitas ONGs se valem do parâmetro da lógica de seletividade, transformando o direito que seria universal destinado a quem seguir seus critérios, muitas vezes usados de maneira eleitoreira, com caráter paternalista e filantrópico. Com o fortalecimento dessa lógica implementada na sociedade pelo Estado e pelo capital de focalização extrema e da diminuição do papel do Estado em garantir o direito, transferindo para a sociedade a responsabilidade, traz consigo uma constituição.

Segundo Iamamoto, (2005) há um processo de refilantropização das políticas sociais, e o setor privado vem se assumindo funções no âmbito das políticas sociais. Vale ressaltar que essa filantropia, não remete como a realizada pela via da Igreja. Nesses tempos, ela toma uma forma mais empresarial, uma “filantropia do grande capital”, em conjunto com as outras instituições privadas. Com o processo de reestruturação produtiva e de reforma do Estado, que privatiza todos os âmbitos da sociedade, os grandes capitais, além de cobrarem por esses serviços à sociedade,

também produzem a imagem de “socialmente responsável”. Sempre com o objetivo de ter maior lucratividade, por meio de incentivos fiscais que o Estado fornece para esses capitais.

Nesse contexto o mercado de trabalho do Assistente Social é afetado, assim como sua prática profissional se torna cada vez menos autônoma.

o mercado vigente é oligopolizado e excludente, subordinar a democracia ao mercado é inviabilizar um mínimo de igualdade de oportunidade, que caberia à esfera pública prover. Ora, é exatamente essa esfera pública que está sendo destruída, afetando diretamente as condições de trabalho do Serviço Social, que tem no Estado o seu maior empregador. (Iamamoto, 2015, p.45).

O “Terceiro Setor” vem se ampliando como mercado de trabalho para o Assistente Social. Essa transformação contemporânea traz alguns desafios e novas práticas de atuação para a profissão que será mais bem discutido adiante.

O desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo. (Iamamoto, 2015, p. 75).

É uma contradição a relação entre as ONGS e a viabilização dos direitos sociais. Uma vez que a maioria das ONGs vivem de contribuições, solidariedade, doações, editais públicos e privados por tempo determinado, não conseguindo assim garantir direito algum aos usuários dos serviços. Nem os Assistentes Sociais que vendem a força de trabalho para ONGs, podem garantir o acesso, por exemplo uma criança com deficiência que está inserida em uma ONG, a reabilitação é um direito garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas se a instituição não receber financiamento, ela não poderá realizar o serviço. São desafios colocados na profissão que muitas vezes inviabiliza uma ação efetiva.

Ao discutir acerca desse fato que vem se consolidando, Montaño afirma que

há um claro interesse de classe. Isto é, empresas interessadas em causas sociais, humanitárias, visando melhorar sua imagem e o aumento de vendas, pois qualquer empresa desenvolve suas ações visando a lucratividade. O Estado cria mecanismo de incentivos para essas empresas (renúncia fiscal) investirem em ONGs, além do próprio Estado que também transfere recursos da união a tais instituições.

O “novo espírito social” de dirigentes, de grandes grupos econômicos, expresso na atualidade, não pode ser confundido com impulsos distributivos e/ou humanitários generosos. Trata-se de uma recente tendência das empresas de apresentarem uma face social inscrita em suas estratégias de marketing. (Iamamoto, 2009, p.129).

Bem mais do que um campo de ações de solidariedade e sim de interesses e investimentos, toda essa conjuntura recai sobre a atuação do Assistente Social, que se torna cada vez menos abrangente e mais a seguir normas impostas por investidores dentro do campo de trabalho no Terceiro Setor.

O “Terceiro Setor” se fortalece em um momento de desmonte de direitos sociais, justificando sua expansão como alternativa ao trato das expressões da questão social. Esse contexto se dá entre o interesse do capital, por meio da filantropia, visando ser uma empresa cidadã e as ONGs que surgem atreladas aos movimentos sociais, como já enunciado no primeiro capítulo desse trabalho. Na medida em que esse processo vai se firmando, a atuação do Serviço Social dentro dessas instituições vai se configurando.

#### **2.4. Serviço Social e “Terceiro Setor”**

A atuação desenvolvida pelo Assistente Social ou a prática profissional dentro do “terceiro setor” vem se mostrando cada vez mais diversificada como veremos no último capítulo, onde verifico as diversas formas de atuação do Assistente Social na instituição pesquisada.

No momento vamos nos ater em uma atuação mais destacada para a profissão nesse setor. Segundo Iamamoto (2005), são os encaminhamentos dos usuários atendidos nas ONGs, para serviços do Estado ou de outras instituições. Tudo depende da rede elencada pela instituição. Logo todos os Assistentes Sociais devem estar informados sobre os programas políticos, principalmente as políticas sociais (assistência, saúde, previdência, etc) que é foco do trabalho da instituição.

Podemos destacar outra forma que encontramos dentro do chamado de Terceiro Setor, que é o voluntariado, que carrega segundo Montaño grande polarização da classe social. Já que traz o caráter da solidariedade, ajuda, assistencialismo da sociedade civil para com as expressões da questão social. Pode-se dizer que ocorre uma filantropização das ações dessas instituições o que afeta diretamente as profissões e, para o que nos interessa aqui, do Serviço Social, que pode recair em um passado que a profissão carrega até os dias de hoje.

Se entendemos a emergência do Serviço Social como produto histórico, síntese de lutas de classes condensadas no projeto hegemônico burguês, quando o Estado toma para si a resposta das sequelas da questão social e dentro da divisão sociotécnica do trabalho, a tese de o Serviço Social evoluir (como organização e profissionalização) da caridade e da filantropia é rejeitada; não há evolução ou continuidade direta entre filantropia e Serviço Social, e sim ruptura, descontinuidade. Nesse sentido a reforma (neoliberal) do Estado promove uma “refilantropização do Serviço Social”. Se este último não surge, não evolui daquela, mal poderia retornar aquilo que nunca foi. (MONTAÑO, 1999, p.73).

Montaño argumenta que o que muda não é a profissão e sim o meio ocupacional do Assistente Social. Sendo assim, cabe ao profissional buscar responder a essas demandas colocadas pelo neoliberalismo, por meio da qualificação permanente. Assim como, a entender a importância do Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS), que norteia a atuação profissional, através de uma visão crítica da realidade.



### **3. OBRA SOCIAL DONA MECA – UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

Este capítulo tem como objetivo entender a instituição Obra Social Dona Meca e a atuação do Serviço Social nela, como uma instituição do Terceiro Setor. Para isso, está dividido em duas partes. Na primeira parte, trata da instituição: sua história, suas atividades, dinâmica institucional, o perfil dos usuários, os recursos humanos e a organização institucional. Na segunda parte, o foco será o Serviço Social, as demandas presentes na área e uma análise da prática profissional.

Visto que esse tema foi pouquíssimo discutido na graduação de Serviço Social. Entende-se que é necessário fazer uma verificação da prática e das atividades desenvolvidas pela Assistente Social para que haja clareza de suas atribuições e competências. Além de elencar novas funções que estão sendo colocadas para o Assistente Social e assim debater sobre o assunto, tentando buscar de forma crítica enfrentar essas demandas.

### **3.1. História, atividades e dinâmica institucional**

A Obra Social Dona Meca (OSDM) é uma instituição de caráter filantrópico inaugurada em 1992 com a organização de voluntários da área da saúde e atendia crianças com deficiência na Casa Espírita Eurípedes Barsanulfo.

Em 1997, iniciaram as obras para um novo espaço de atendimento (o mesmo até hoje). Está situada no bairro da Taquara, zona Oeste do Rio de Janeiro. É relativamente próxima ao centro da Taquara e por isso há muitas opções de transporte, além de escolas, CRASS, CAPs. Em 2001, a instituição se constitui legalmente como uma instituição filantrópica que possui estatuto e certificados em Conselhos, como o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS).

Ao longo da sua trajetória, a OSDM deparou-se com diversos casos de crianças em situação de sério risco pessoal e social, tendo diversas ocorrências de casos de abandono, assim, em 2007 fundou-se o abrigo Casa Lar Dona Meca. A fundação foi possível através da doação de uma casa na mesma rua da sede.

No mês de março de 2015 ano à pedido da Vara da Infância e Juventude, devido ao aumento de Crianças em negligência familiar, fundou-se o outro abrigo: Casa Lar Balthazar.

Na sede da OSDM são realizadas atividades divididas em cinco setores ou programas, sendo: Setor Administrativo, Programa Terapêutico de Habilitação e Reabilitação, Programa de Integração Social, Programa de Promoção Social Familiar e Programa de Acolhimento Institucional.

No Setor Administrativo funcionam as atividades pertinentes ao Secretariado,

Finanças, Desenvolvimento Institucional e Projetos, além das rotinas de alimentação, almoçarifado, transporte e manutenção.

As atividades para o público alvo são desenvolvidas através dos seguintes Programas:

Programa Terapêutico de Habilitação e Reabilitação: são desenvolvidas um amplo conjunto de terapias que trabalham de forma integrada proporcionando à criança e ao adolescente estímulos necessários ao desenvolvimento. São elas: Fisioterapia; Fisioterapia Respiratória; Psicologia; Psicopedagogia e Pedagogia, Psicomotricidade; Hidroterapia; Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional.

Programa de Integração Social: neste programa são desenvolvidas diversas atividades que visam favorecer a criança/adolescente novas experiências nas áreas de esporte, cultura e lazer. Entre as atividades, têm-se oficinas culturais: música; culinária; informática; artes, oficina do brincar (brinquedoteca, contação de histórias, Teatro de fantoches e cineminha infantil) e atividades esportivas, como: dança, desporto (vôlei, futebol e basquete), capoeira e natação.

Programa de Promoção Social Familiar: aqui o Serviço Social da OSDM realiza diversas ações junto às famílias das crianças/adolescentes atendidas, buscando o fortalecimento familiar através de palestras, de respostas à questões e demandas, verificando as necessidades desde a chegada à instituição e acompanhando seu desenvolvimento durante o período de tratamento.

Programa de Acolhimento Institucional: atendimento à criança com deficiência de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 13 anos e atendimento à criança sem deficiência, de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 06 anos em regime de acolhimento, proporcionando às crianças em situação de risco pessoal e social, proteção provisória. Todas as crianças dos abrigos realizam atividades na sede da

instituição.

Por se tratar de uma instituição filantrópica, a maioria dos problemas e das carências é com relação aos recursos financeiros. A instituição sobrevive de doações, parcerias e projetos, mas algumas vezes não consegue ter o suficiente, por exemplo, para preparar refeições, tanto na sede quanto nos abrigos, assim como não consegue ter material de escritório (computador, telefone, papel, canetas, etc.) disponível sempre. Há com frequência campanhas de doações de diversos tipos de materiais (alimentos, limpeza, objetos, escritório).

Muitos profissionais das terapias e oficinas são pagos pelos projetos aos quais estão inseridos, só que esses projetos têm prazos e o que ocorre às vezes é a vontade de “aproveitar” o profissional quando o projeto acaba e não poder por falta de verba para continuar pagando, assim como falta profissionais para algumas atividades que gostariam de implementar e não tem como efetuar o pagamento.

A Obra Social Dona Meca é uma instituição que atende gratuitamente a um número significativo de crianças com uma ampla gama de atividades reprimidas pelo serviço público de saúde, isso se torna um ponto bastante positivo. Além disso, as atividades são feitas de forma integrada, as crianças e os adolescentes podem usufruir de diversas terapias e atividades lúdicas e esportivas. O espaço da instituição é bem grande, permitindo que todas as atividades sejam feitas em um só lugar, otimizando o processo do tratamento e beneficiando a família.

A sede da OSDM funciona de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00 horas, com as atividades sendo realizadas das 08:00 às 17:00 horas. Os abrigos são bem próximos à sede e funcionam todos os dias em horário integral.

Atualmente, a sede da OSDM atende a aproximadamente 250 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, de ambos os sexos, com diversos tipos de deficiência,

mas o ingresso à instituição é feito somente até os 12 anos. O ingresso é feito diretamente com o Serviço Social.

As famílias chegam à instituição procurando pelos atendimentos que a mesma oferece, em um primeiro momento é realizada uma pré-inscrição, ocorre todo ano um período em que os Assistentes Sociais fazem um levantamento da quantidade de atendidos, para saber se há possibilidade de inserir mais. Quando isso ocorre, os profissionais avaliam a elegibilidade da criança através da pré-inscrição e se for elegível, entram em contato com os responsáveis para marcar uma entrevista. Nessa entrevista é elaborado o formulário da avaliação social, depois disso são definidas as terapias necessárias e os horários e os dias. Os critérios de elegibilidade atualmente são: a criança ter deficiência apresentada em laudo médico, morar próximo a Taquara (Jacarepaguá e adjacências) e possui renda per capita de até um salário mínimo.

A Casa Lar Dona Meca tem capacidade para abrigar 20 crianças de 0 a 13 anos com deficiência, de ambos os sexos, em situação de risco pessoal e social. Atualmente está com 18 crianças. A Casa Lar Balthazar também tem capacidade para 20 crianças de 0 a 06 anos, sem deficiência, de ambos os sexos, também em risco pessoal e social. A rotatividade de crianças é muito grande, havendo semana que tem 13 crianças e na semana seguinte 20 crianças.

As crianças dos abrigos recebem atendimento na sede da OSDM através de atividades terapêuticas, sociopedagógicas e de inclusão social.

O ingresso das crianças nos abrigos ocorre via Vara da Infância e da Juventude. Na chegada, as crianças são recebidas pela supervisora, com imediata comunicação do fato à representante legal do abrigo e, em seguida, mediante ofício, ao Juizado da Infância e da Juventude.

A sede conta com 65 funcionários, sendo: 1 analista de RH, 5 assistentes

administrativos, 1 assistente de marketing, 3 assistentes sociais, 7 auxiliares administrativos, 2 auxiliares de manutenção, 6 auxiliares de serviços gerais, 1 auxiliar de departamento pessoal, 2 cozinheiros, 8 fisioterapeutas, 6 fonoaudiólogos, 1 gestora de projetos, 2 motoristas, 2 nutricionistas, 1 pedagogo, 1 profissional de educação física, 3 psicólogos, 2 psicomotricistas, 2 psicopedagogos, 2 terapeutas ocupacionais, 1 instrutores de artes, 1 instrutor de capoeira, 1 instrutor de natação, 1 instrutor de culinária, 1 instrutor de dança, 1 instrutor de informática e 1 instrutor de música.

Na Casa Lar Dona Meca são 17 funcionários, sendo: 4 técnicos de enfermagem, 1 enfermeira, 5 cuidadores, 1 motorista, 2 auxiliares de serviços gerais, 2 cozinheiros, 1 assistente social/coordenador, 1 auxiliar administrativo/coordenador.

Na Casa Lar Balthazar tem 21 funcionários, sendo: 15 cuidadores, 2 auxiliares de serviços gerais, 2 cozinheiros, 1 assistente social/coordenador e 1 psicóloga/coordenador.

Além dos funcionários, as casas contam com o apoio também de, atualmente 52 voluntários.

A instituição não possui organograma, mas dá para perceber a hierarquização. No topo tem a presidente/representante legal da instituição, abaixo dela tem as três coordenações: de terapia, de esportes, de atividade lúdicas/oficinas e os setores administrativos de secretariado, finanças, desenvolvimento institucional, projetos, apadrinhamento e infraestrutura (alimentação, almoxarifado, transporte e manutenção).

O Serviço Social está diretamente relacionado à representante legal da instituição.

As relações entre os profissionais da instituição parece se dar de forma boa, é

realizado uma reunião mensal com todos os funcionários e cada setor realiza reuniões periódicas com seus profissionais. Há muita troca entre os setores, principalmente entre os setores que participam de um mesmo projeto, pois é preciso elaborar relatórios para dar retorno à instituição responsável pelo projeto.

A OSDM dispõe de instalações com mais de 1.000 m<sup>2</sup> de área construída adaptada, com 17 salas de atendimento, além uma piscina de hidroterapia com água aquecida, um salão para eventos, cozinha, refeitório, salas para administração, almoxarifado, despensa e banheiros adaptados.

A Casa Lar Dona Meca dispõe de instalações com sala, 3 quartos, banheiro adaptado, copa e cozinha, área de serviço, jardim e varanda. Há ainda um anexo à Casa, composto por uma sala da supervisora, brinquedoteca, 2 quartos e 2 banheiros adaptados.

A Casa Lar Balthazar possui 3 andares. No primeiro há uma sala de estar, 1 cozinha e 1 lavabo, o segundo andar tem 3 quartos, 1 sala das supervisoras e 3 banheiros. No terceiro andar há 2 quartos, aonde ficam o bebês, 1 cozinha aonde são preparados apenas alimentos para os bebês e um banheiro.

#### 1. Parceiros e Redes de Apoio

BENEFÍCIO/PRODUTO/SERVIÇO	PARCEIRO
Impressão gratuita mensal de 2.000 unidades do Informativo Comunicação Eficiente	Gráfica Trena
Impressão gratuita de Faixas e banners	Sign Center
Entrevistas gratuitas para divulgação de campanhas e eventos beneficentes	Rádio Rio de Janeiro

Artigos gratuitos para divulgação de campanhas e eventos beneficentes	Jornal Nosso Bairro Jacarepaguá
Doação de Produtos alimentícios (frango, hambúrguer e salsicha)	Rica Alimentos
Doação de produtos alimentícios (frutas e legumes)	CEASA – Banco de alimentos
Doação de produtos alimentícios (biscoitos e massas)	Piraquê
Doação de produtos alimentícios (pescado)	Frescatto
Doação de produtos alimentícios (frutas e legumes)	Hortifruti Central da Taquara
Doação de produtos alimentícios (perecíveis e laticínios)	Banco Rio de Alimentos – SESC-RIO
Serviços de contabilidade	Organização Nobre
Encaminhamento de pessoas para prestação de serviços comunitários e pagamento de penas pecuniárias revertidas em produtos ou equipamentos para a instituição.	Vara de Execuções Penais, 9ª Vara Federal Criminal, e 16º Juizado Especial Criminal
Acolhimento institucional, acompanhamento de casos e recepção de crianças e adolescentes, destituídos provisoriamente de sua família ou que foram abandonadas, e encontram-se sob proteção do Estado.	Varas da Infância, da Juventude e do Idoso.
Atendimento especializado e de urgência para casos agravados pela deficiência das crianças acolhidas no abrigo. Encaminhamento para exames e laudos das crianças atendidas na OSDM.	Rede Pública de Saúde



Recepção e encaminhamento de casos da alçada destes órgãos.	Conselhos Tutelares
Ações em rede, referente ao atendimento social das famílias.	7ª CAS (Coordenadoria de Assistência Social de Jacarepaguá e adjacências),
Ações em rede, referente ao acompanhamento educacional das crianças atendidas.	CRES (Coordenadoria Regionais de Educação)
Ações em rede, referente ao atendimento social das famílias.	CRAS (Centros de Referência de Assistência Social)
Ações em rede, referente ao atendimento social das pessoas com deficiência e famílias.	CREAS (Centros de Referência Especializado de Assistência Social)
Participação nas reuniões do Conselho para exercício do Controle Social.	Conselho Municipal de Assistência Social

**Os projetos que estão em vigor são:**

- Projeto Esportes Sem Limites:

**Objetivo geral:** Promover a habilitação, a reabilitação e a inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência, em contexto multidisciplinar, através de atividades físicas e culturais, visando a inclusão social, o desenvolvimento cognitivo/psicomotor e a melhoria da qualidade de vida. **Atividades:** São realizadas atividades nas

modalidades de natação, dança, capoeira e desporto. Todas as modalidades esportivas têm como base o trabalho realizado pelo Psicólogo, Pedagogo e Profissional de Educação Física. **Patrocínio:** Petrobrás. **Duração:** 24 meses (a partir de outubro/2014). **Público-alvo:** 110 crianças com deficiência.

- Projeto Atenção Especial:

**Objetivo geral:** Promover atendimento psicossocial especializado, gratuito, a 60 crianças/adolescentes com deficiência, sendo 60 atendidos na Modalidade Convivência-Dia (tratamentos terapêuticos na sede), dentre os quais 20 também são atendidos na Modalidade Acolhimento Institucional (Casa Lar Dona Meca).

**Atividades:** fisioterapia, psicologia, pedagogia e nutrição e oficinas de música, artes, informática e culinária. **Patrocínio:** Convênio com a FIA (Fundação para Infância e Adolescência). **Duração:** 16 meses. **Público-alvo:** 60 Crianças com deficiência em vulnerabilidade social ou sob proteção judicial.

- Projeto Oficina do Brincar:

**Objetivo geral:** Proporcionar atendimento complementar terapêutico multidisciplinar gratuito e de integração social as crianças e adolescentes com múltiplas deficiências, visando o seu desenvolvimento integral, potencializando suas habilidades, viabilizando sua maior qualidade de vida e de seus familiares, através da Oficina do Brincar.

**Atividades:** Atividades lúdicas. Atividades de contação de histórias, usando a expressão da voz e mudando a entonação. Atividades corporais e brincadeiras.

**Patrocínio:** Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, Programa Mais Cultura, Prêmio Pontinhos de Cultura. **Duração:** 12 meses. **Público-alvo:** 135 Crianças com deficiência.

- Projeto SER – SENSIBILIZAR + ESTIMULAR = REABILITAR:

**Objetivo geral:** é pautado no atendimento prioritário em Fisioterapia Neuromotora, fazendo interfaces com as outras terapias disponíveis na instituição para amplificar os ganhos das crianças atendidas, onde os conceitos de Sensibilização e Estimulação também são aplicáveis para o sucesso do programa de atendimento de cada criança assistida.

**Atividades:** Atendimento em Fisioterapia Neuromotora. **Patrocínio:** Instituto PHI.

**Público-alvo:** 100 crianças com deficiência.

- Projeto NEDI:

**Objetivo geral:** Contribuir para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, com ações que valorizem suas potencialidades através de atividades educativas, culturais, esportivas e sociais. **Atividades:** Atendimento em Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Psicomotricidade, Hidroterapia, Psicopedagogia, sendo estas atividades a base do trabalho de Estimulação Neurosensorial do Projeto NEDI. As outras oficinas culturais e esportivas da OSDM, bem como os atendimentos terapêuticos oferecidos, complementam os objetivos propostos por este projeto, uma vez que a criança é inserida em quantas atividades forem necessárias para seu desenvolvimento, favorecendo sua inclusão ou permanência no ambiente escolar, comunitário e familiar, principalmente aquelas que possuem distúrbios que dificultam este convívio social.

**Patrocínio:** CMDCA-Rio (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente).

**Duração:** 12 meses. **Público-alvo:** Desenvolver uma proposta diferenciada para 150 crianças/adolescentes com deficiência que apresentem desordem Neurosensorial, entre eles crianças diagnosticadas dentro do Espectro Autista que ainda não possuem diagnósticos fechados, além de deficiências e síndromes em geral que necessitem de estímulos neurosensoriais.

- Projeto Centro de Autismo Dona Meca:

**Objetivo geral:** Realizar atendimento interdisciplinar para potencializar capacidades comunicativas e sociais de crianças com Transtorno do Espectro Autista.

**Atividades:** Atendimento em Psicomotricidade, Hidroterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional.

**Patrocínio:** Projeto financiado temporariamente pela própria instituição e um apoiador Pessoa Física (aguardando mais parceiros). **Duração:** Indeterminada. Início em jul/2013. **Público-alvo:** 12 crianças com diagnóstico dentro do Espectro Autista. **Meta para 2016:** 50 crianças com autismo.

Pequeno organograma da instituição Sede, não consta os profissionais que trabalham nos abrigos, porém todos eles fazem parte do quadro de funcionário da instituição, pois é uma instituição só entretanto com 3 casas.

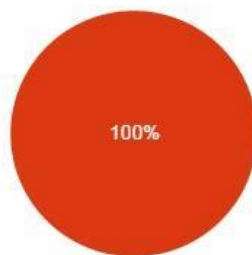
### 3.2. Atuação dos Assistentes Sociais na Instituição

Nesse subcapítulo foi utilizada para sua elaboração uma observação de campo da atuação como estagiária, o mesmo utilizado nas aulas de OTP, além de uma pesquisa direta com perguntas abertas e fechadas, com as assistentes sociais da instituição. Das 7 assistente sociais que trabalhavam na instituição no ano de 2015, 6 responderam o questionário. Uma assistente não respondeu o questionário, devido a sua demissão ser no mesmo período em que estava realizando a pesquisa.

A instituição conta com duas na parte de atendimento da sede, uma fica na parte de projetos/voluntariado da sede, uma fica em coordenação de projetos culturais, uma fica em apadrinhamento e relacionamento e as outras duas, cada uma fica em um abrigo. Todos os assistentes sociais possuem contrato temporário e trabalham 30 horas semanais ou menos.

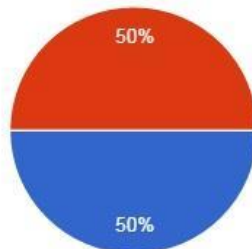
Ainda sobre as assistentes sociais, por meio da pesquisa podemos verificar que, que todas vieram de universidades privadas de ensino superior. Onde algumas obtinham bolsa de estudo.

### Tipo de faculdade cursada



Pública	0	0%
Privada	6	100%

### Tinha bolsa na faculdade?

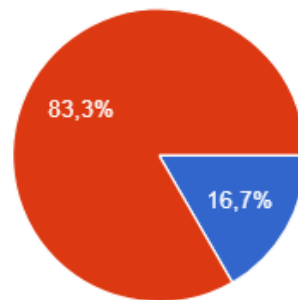


Sim	3	50%
Não	3	50%

**Figura 2 tipo de faculdade cursada pelas assistentes sociais e se tinham bolsa de estudo.**

A maioria dessas profissionais, demonstram nunca ter tido ligação com movimentos sociais (desde movimentos estudantis até movimentos partidários). A única de demonstrou ter algum envolvimento, atualmente não participa.

### Participou/ participa de algum movimento?



Sim	1	16,7%
Não	5	83,3%

**Figura 3** Se alguma profissional da OSDM participou ou participa de movimentos sociais.

Sobre as atribuições e funções de cada profissional em suas respectivas áreas pode verificar que:

**Serviço Social na Sede:** A parte de atendimento funciona como porta de entrada. É lá que ocorre a ingressão e o desligamento das crianças e adolescentes atendidos, além disso há orientações sobre direitos, palestras, encaminhamentos, entre outras atividades. Os atendimentos são feitos todos os dias das 08:00 às 17:00 horas. Não há projetos desenvolvidos pelo Serviço Social, mas o setor está inserido em, pelo menos, dois projetos da instituição: o NEDI do CMDCA e o Projeto Atenção Especial desenvolvido pela FIA. Aqui, o Serviço Social possui uma sala própria de atendimento. Nesse setor é realizado o processo inicial de entrada dessas crianças, como triagem, avaliação socioeconômica. Além de atividades como: Atendimento individual às famílias inseridas na instituição; Atendimento as famílias de demandas espontâneas (entrevistas agendadas); Contato com recursos comunitários; Planejamento dos horários dos usuários atendidos nas atividades oferecidas na casa, essa tarefa é a que mais demanda tempo; Pareceres sociais, Relatórios Sociais dos usuários atendidos pela OSDM; Visita domiciliar quando solicitado pela Instituição; Acompanhamento da assiduidade das crianças nos

atendimentos (controle de faltas); Controle, atualização e acompanhamento das famílias beneficiárias do Projeto Cesta Básica e etc.

**Setor de sustentabilidade:** Com o crescimento da instituição, cresceu também a necessidade de profissionalização do atendimento e conseqüentemente, da administração e formas de sustentabilidade da mesma. Para isso, foi implantado o setor de Sustentabilidade que tem por objetivo obter e gerenciar recursos financeiros para administrar toda a infraestrutura de atendimento da instituição. Porém, após o início da estruturação deste setor em 2009, novas demandas se apresentaram, entretanto o recurso humano é escasso, sendo uma necessidade do setor a sua flexibilidade e criatividade constante para reinventar formas de atuação adequadas ao mercado e ao contexto externo. Dentro desse setor há 4 profissionais que são divididos em subsetores: Gestora de Projetos (Jornalista com pós em gestão de projetos), Desenvolvimento Institucional (Profissional de Marketing e Publicidade), Elaboração de Projetos e Voluntariado (Assistente Social) e Relacionamento e Apadrinhamento (Assistente Social).

- **Elaboração de projetos e voluntariado:** Neste subsetor atua uma Assistente Social e uma estagiária de Serviço Social. O setor é responsável por elaborar os projetos sociais de editais de financiamento, elaborar relatórios, apresentar documentos para as instituições externas que possuem convênio com a Obra Social Dona Meca, recepcionar pessoas interessadas no Programa de Voluntariado, alocar essas pessoas na área de interesse, elaborar relatório e planejamento da instituição a órgãos públicos ou privados etc. Reuniões mensais com o setor de sustentabilidade para planejar e elaborar formas de captação ou de melhorar os serviços já prestados. O setor de projetos/voluntariado está inserido em outro setor de Sustentabilidade. Esse setor é responsável pela arrecadação de

meios para fazer a instituição funcionar. Então, a assistente social de projetos divide a sala com uma comunicóloga que atua na parte de gestão dos projetos após quando eles estão em vigor, um assistente de marketing e seu estagiário, responsáveis pelo desenvolvimento institucional, comunicação e divulgações da instituição e uma auxiliar administrativa que fica com o setor de apadrinhamento.

Os principais parceiros do Serviço Social nesta parte de projetos são os outros profissionais que compõem o setor. Além destes, os outros profissionais da casa também são parceiros ao trabalho desenvolvido pela assistente social. Sempre que há dúvidas quanto às terapias para escrever um projeto, os terapeutas a auxiliam com a tarefa, a coordenadora da sede também sempre se disponibiliza a ajudar esclarecendo mais sobre a dinâmica e sobre o que está precisando na casa, assim como as coordenadoras dos abrigos. Externamente, muitos voluntários se tornam parceiros e sempre ajudam de alguma forma quando surge dificuldades. Alguns funcionários de instituições que tem projetos funcionando na OSDM também auxiliam divulgando editais, dando dicas para projetos, etc.

A assistente social responsável pela elaboração de projetos recorre quase sempre a Constituição Federal e ao Estatuto da Criança e do Adolescente para fazer um projeto.

Os principais recursos materiais são computador, telefone, papel, caneta, materiais de escritório em geral. Os recursos nem sempre são disponibilizados. Por ser uma instituição que vive de doação, se acabar o papel ofício, por exemplo, é preciso esperar que chegue em uma nova doação, assim como se o computador quebrar, é preciso conseguir alguém que o conserte de graça ou com baixo custo o que demanda tempo.



- **Apadrinhamento e Relacionamento:** neste setor atua uma Assistente Social. A responsabilidade do setor é fazer o contato com novas pessoas e empresas interessadas no Programa de Apadrinhamento ou em ajudar a instituição de alguma forma, que não seja via edital, emitir os boletos dos padrinhos já existentes e dos colaboradores via depósitos e carnês. Além disso, mantém relacionamento com os doadores através de cartas de agradecimento, aniversário, relatórios de evolução das crianças apadrinhadas, fotos das crianças em atividade e todo tipo de presente simbólico que a criança venha a confeccionar para este colaborador. E ter a criatividade de pensar novas formas de captação de recursos. Reuniões mensais com o setor de sustentabilidade para planejar e elaborar formas de captação ou de melhorar os serviços já prestados.

**Setor de Acolhimento Institucional:** Como já mencionado nesse capítulo a instituição possui duas casas de acolhimento institucionais, que tem funções diferentes uma para crianças com deficiência de 0 a 18 anos outra para crianças sem deficiências de 0 a 6 anos. Acolhendo no máximo em cada um deles 20 crianças.

- **Serviço Social:** Nesse setor atua duas assistentes sociais, cada uma em uma casa de acolhimento, porém com atribuições quase que iguais, tais como: Supervisão do Serviço de Acolhimento Institucional, interlocução judicial e Coordenação do Serviço Social (rotinas de visitas domiciliares, pareceres, estudo de caso, acompanhamento de ações de reintegração familiar e processos de adoção); Supervisão de estagiários. Acompanhamento médico quando necessário. Relatórios e planejamento para instituição de parceria

pública.

**Setor de Coordenação de projetos:** A instituição possui uma divisão dentro da coordenação, que é um coordenador de terapias (Fonoaudióloga), coordenador de esporte (profissional de Educação Física) e coordenador sócio cultural (Assistente Social).

- Coordenadora Social Cultural: possui uma Assistente Social. O setor é responsável por elaborar relatórios semestrais, anuais, presenças das crianças inseridas nos projetos e cumprir exigências dos órgãos patrocinadores. São dois projetos de órgão públicos que ficam sendo coordenados pela profissional, são eles a FIA (Criança especial que conta com o quadro de pessoal de: fisioterapia, psicologia, pedagogia e nutrição e oficinas de música, artes, informática e culinária) e CMDCA (Centro de autismo que conta com o quadro de pessoal de: Psicomotricidade, Hidroterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional). A profissional fica responsável em cobrar relatório individual e coletivo de cada atividade dos projetos e compilação, além de participar de toda a atividades extra colocada na elaboração do projeto. Capacitar os profissionais inseridos no projeto para entenderem as demandas exigidas pelos patrocinadores.

Todas as Assistentes Sociais são contratadas via CLT, cumpre a carga horária máxima 30 horas semanais e tem a base salarial via a Lei Nº 6983 de 31 de março de 2015, instituída pelo Estado do Rio de Janeiro. Todas estão inseridas no quadro pessoal de algum projeto patrocinado pela instituição, logo o salário é pago por algum projeto desses órgãos, tanto público quanto privado.

### 3.3 Reflexões sobre a atuação

Segundo Iamamoto (2000), a prática profissional precisa ser considerada não só a partir da competência do profissional, mas também a partir do que é colocado para ele pela instituição empregadora e pelos usuários.

Logo no primeiro contato com a instituição, no processo de seleção do estágio para vaga de elaboração de projeto e voluntariado, percebi que aquele era um tipo diferente de atuação profissional, não comum ao que estamos acostumados a ver na academia. Percebi desde o início que seria mais difícil uma adaptação e precisaria buscar mais fundo sobre essa inserção do assistente social no mercado de trabalho.

O assistente social está inserido nas relações de trabalho e o Serviço Social, como especialização do trabalho na sociedade, se coloca à mercê das mudanças estruturais que vem alterando o cenário do mundo do trabalho. Esse processo atinge diretamente a prática profissional do assistente social, redimensionando o trabalho desses profissionais.

Possibilidades novas de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas; se os assistentes sociais não o fizerem, outros farão, absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a ele reservados. (IAMAMOTO, 2000, p.48).

A configuração do mercado de trabalho hoje se dá de forma excludente, há uma retração do Estado que afeta a esfera pública, reduzindo-a e conseqüentemente incidindo nas condições de trabalho do Serviço Social, que perde seu maior campo de atuação.

Neste sentido, o Estado se omite de responsabilidades e ações sociais, transferindo as iniciativas de atendimento à sociedade civil, desta maneira, boa parte do mercado de trabalho encontra-se hoje no terceiro setor.

O Serviço Social se caracteriza como uma profissão de caráter crítico e interventivo que analisa e intervém nas diversas expressões da questão social. No campo de estágio o qual estou inserida, a assistente social busca essa intervenção e

garantia dos direitos da população usuária através da elaboração e execução de projetos sociais. Ela precisa conhecer bem o público alvo para que o que ela escreva tenha fundamento e credibilidade. Apesar de não atuar diretamente com os usuários do serviço da instituição, há sempre uma conversa com as assistentes sociais do atendimento e com as coordenações (de terapia, de esporte e de oficinas) além de sempre estar ciente das dinâmicas e atividades dos abrigos. Portanto, ela sempre está sabendo das demandas e necessidades dos usuários.

O campo de estágio, por ser uma entidade filantrópica, necessita de meios para se manter e a assistente social juntamente com uma equipe faz parte da área estratégica da instituição. Mas todo esse trabalho é feito em conjunto também com os outros setores da organização, seja na forma de divulgação ou de auxílio para escrever um projeto.

Os projetos da instituição são desenvolvidos para obter patrocínios, verba, mas sempre estão ligados ao direito da população-alvo (criança/adolescente com deficiência). A instituição, através das atividades desenvolvidas por esta assistente social, se preocupa com o bem-estar e o desenvolvimento dos usuários.

A instituição conta com sete assistentes sociais, mas pela estrutura organizacional, falta de tempo e grande demanda, não dá para uma mesma assistente social fazer os atendimentos e elaborar e executar os projetos, neste sentido, houve uma separação das funções. Porém esse trabalho é feito, na medida do possível, em conjunto.

Os assistentes sociais, em qualquer instituição, ficam reféns das exigências impostas pela entidade empregadora e na OSDM não é diferente. A profissional de Serviço Social responsável pela elaboração de projetos é muito cobrada quanto à inscrição dos projetos nos editais, os prazos, as datas de contemplação, uma elaboração bem feita, os principais recursos materiais que faltam na instituição e que caibam dentro da temática e do orçamento do projeto. Acompanhado a isso, surge ao mesmo tempo, diversas demandas espontâneas que ela precisa responder de imediato, atrapalhando desta forma seu desenvolvimento criativo.

Alteram-se as demandas e, conseqüentemente, os assistentes

sociais passam a executar funções que, muitas vezes, não são por eles reconhecidas como atribuições privativas, tais como estabelecidas tradicionalmente (IAMAMOTO, s.d, p. 61).

Na primeira parte do texto “projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade”, lamamoto se debruça sobre as dubiedades que existem nos artigos 4º (competências do Assistente Social) e 5º (atribuições privativas do Assistente Social) da Lei de Regulamentação da Profissão.

Ela conclui que quatro incisos do artigo 4º da Lei 8662 são atribuições privativas do assistente social, por também estarem prevista no artigo 5º que dispõe sobre as atribuições privativas.

O inciso II do artigo 4º da referida lei estabelece que “elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil” são competências do profissional. No inciso I do artigo 5º tem-se como atribuição privativa “coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social”. A autora define a área como âmbito de atuação de Serviço Social.

Desta maneira, as atividades desenvolvidas pela assistente social responsável pela elaboração de projetos da Obra Social Dona Meca são, de fato, atribuições privativas e competências do profissional de Serviço Social, já que se constituem como domínio da profissional elaborar, executar e avaliar os projetos da instituição, buscando através deles, implementar políticas sociais e garantir direitos da população usuária.

Sendo assim, a prática profissional do assistente social dentro desse campo de atuação, considerando sua competência e as relações de poder, os recursos disponíveis, os objetivos da instituição e as demandas dos usuários, apesar de não comum, se torna imprescindível para a dinâmica institucional.

um dos desafios maiores para decifrar o exercício profissional está em apreender as particularidades dos processos de

trabalho que, em circunstâncias diversas, vão atribuindo feições, limites e possibilidades ao exercício da profissão, ainda que esta não perca a sua identidade. (IAMAMOTO, 2000, p. 106).

O assistente social está inserido nas relações de trabalho e o Serviço Social, como especialização do trabalho na sociedade, se coloca à mercê das mudanças estruturais que vem alterando o cenário do mundo do trabalho. Esse processo atinge diretamente a prática profissional do assistente social, redimensionando o trabalho desses profissionais.

Possibilidades novas de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas; se os assistentes sociais não o fizerem, outros farão, absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a ele reservados. (IAMAMOTO, 2000, p.48).

A atuação do assistente social dentro da OSDM não deixa de ser a de responder as sequelas da questão social, entretanto muitas vezes o profissional é levado ao fetiche da função das ONGs, de ajuda ao próximo, responsabilização pelo serviço prestado. Tornando assim a sociedade civil responsável pelo serviço ao invés de buscar os direitos garantidos perante a lei e de luta para concretizar esses direitos. Analisando as respostas das profissionais posso verificar que a maioria não tem conhecimento da função do “Terceiro Setor” na sociedade capitalista.

Montaño questiona tal realidade “o que se oculta, portanto, neste fenômeno de auto-responsabilização dos usuários particulares é um verdadeiro processo de desresponsabilização estatal (e do capital) com a resposta às sequelas da “questão social” (1999, p. 70). Percebe-se a partir daí a realidade exposta ao assistente social, que o mesmo é um profissional inserido no trato com a questão social. Assim é importante destacar a atuação desse profissional nesse setor tão contraditório e ao mesmo tempo um campo atual para o mercado de trabalho.

Como podemos verificar o campo para o Serviço Social na Obra Social Dona Meca é diversificada, podemos averiguar atuações incomuns. Que extrapolam as atribuições e competências elencadas na lei de regulamentação profissional(8.662/93), principalmente quando vemos funções relacionadas ao assistencialismo e o voluntariado.

Se entendermos a emergência do Serviço Social como produto histórico, síntese de lutas de classes condensadas no projeto hegemônico burguês, quando o Estado toma para si a resposta das seqüelas da “questão social” e dentro da divisão sociotécnica do trabalho, a tese de o Serviço Social evoluir (como organização e profissionalização) da caridade e da filantropia é rejeitada; não há evolução ou continuidade direta entre filantropia e Serviço Social, e sim ruptura, descontinuidade. Neste sentido, a reforma (neoliberal) do Estado não promove uma “refilantropização do Serviço Social”. Se este último não surge, não evolui daquela, mal poderia retornar àquilo que nunca foi. Não há, portanto, uma passagem paulatina de práticas profissionais dos assistentes sociais para práticas filantrópicas dos mesmos. O que se processa, na verdade, é uma perda do espaço profissional-ocupacional dos assistentes sociais, que deixa lugar a – porém não evolui em – um aumento das práticas filantrópicas (MONTANO, 1999, p. 73).

Ao conhecimento das diversas atuações que o assistente social possui dentro da instituição e no terceiro setor, podemos analisar papéis não privativos de serviço social, além de atribuições impostas. Demanda que vem de cima para baixo, que limita a atuação eficaz. Ao passo dessas análises, temos que buscar estratégias e estudos para lidar diante dessas situações.

Hoje o debate sobre a atuação do Serviço Social e o terceiro setor, dentro da graduação, deveria ter um peso maior, já que a atuação desses profissionais nesse campo vem aumentando. Fazendo com que o profissional fica perdido, ao até mesmo acomodado. Na medida em que não conseguem entender o contexto dessas instituições, sua atuação acaba se tornando ineficaz. Porém nosso foco não é formação profissional, mas acho relevante pensar que esse desafio existe.

## CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste estudo teve por finalidade discutir as questões inerentes ao debate sobre Serviço Social e o “Terceiro Setor” com foco nos desafios do campo ocupacional do assistente social na Obra Social Dona Meca. Apresentamos aqui como o mesmo vem se configurando como um campo de atuação do Assistente Social não só para o atendimento direto ao usuário, mas para contribuir no processo de sustentabilidade das entidades, e de coordenação de projetos. Numa perspectiva que intermedia interesses neoliberais, em responsabilizar a sociedade pelas expressões da questão social por meio do Estado. Não distante vê-se a suposta responsabilização do Estado no trato social na execução dos serviços sociais na esfera do Terceiro Setor, na forma de financiamento governamental para fins de redução dos gastos sociais. Mantendo assim uma imagem de um Estado supostamente parceiro da sociedade civil.

Teve-se a intenção, com este trabalho, de entender o papel do “Terceiro Setor” e sua função como executor das políticas sociais, visto que esta atribuição é um dever do Estado. Mas o que foi possível identificar é a inegável e intensa ação no âmbito da Sociedade civil para atendimento das sequelas da questão social, e logo um rebatimento na profissão do Assistente Social, que agora se vê corpo desse espaço contraditório.

Podemos, com isso, também denotar novos desafios nos espaços ocupacionais de atuação do Assistente Social nesta área, tendo em vista que podem ser áreas que inviabiliza a ação profissional.

Portanto, diante do conteúdo exposto durante o trabalho, podemos constatar que alguns dos desafios apresentado no cotidiano da atuação das assistentes sociais da Obra Social Dona Meca, impactados e alterados constantemente pelo avanço das ideias neoliberais são:

- 1- Compreensão da questão social em que se atua: O profissional se enxerga tão abarrotado das tarefas, sejam elas burocráticas ou mistificadas no cotidiano, que expressam ora não identificar a manifestação da questão social



em que se atua, ora não possuem tempo para refletir e mediar a realidade e suas refrações no cotidiano do trabalho.

2- **Garantia do direito e do serviço prestado:** Relatam abatar-se no dia a dia com as limitações impostas seja pelo cotidiano ou pela instituição. Já que estão submetidas à prestação de um serviço vinculado a necessidade de captação de recursos por outros meios que não só estado, ou seja, projetos iniciam e terminam na mesma velocidade que os financiamentos expiram, e assim expressam que esta demarcação as desestimula. Outro fator importante está diretamente ligado a direção da Instituição. A falta de autonomia é uma realidade, em todos os setores relataram que a decisão sobre a execução de suas atividades diárias está diretamente vinculada à direção da instituição, que pelos mais diversos motivos, orienta, ordena e define seja desde a elaboração até a execução de cada atividade desenvolvida na ONG.

3- **Conhecimento da Função do Terceiro Setor:** a ausência de conhecimento da função do terceiro setor na sociedade influencia diretamente na atuação desses profissionais, que ao perceberem-se limitados, não conseguem realizar a mediação entre o Terceiro Setor e a política dominante neste cenário. Isto posto, compreendem sua atuação como uma atividade fim na vida das crianças com deficiência. E por isso, não buscam estratégias seja por vias estatais ou por outros segmentos que possam agregar na luta por em uma perspectiva de conquistas de direitos.

4- **Compreender Novas atribuições:** constatamos que as assistentes sociais não compreendem de fato o que são suas atribuições privativas. Assim sendo, por não compreender de fato suas funções, dificilmente absorvem a necessidade de manter constantemente atualizada, para que além de se posicionar diante de suas reais atribuições e conceber de fato quais são elas, indentificar e tomar partido frente a possíveis novas atribuições e como atualizar-se frente as mesmas.

Desta maneira, diante das experiências vividas no período de estagio, da bibliografia recomendada e da pesquisa de campo realizada, pudemos concluir que o Terceiro Setor já é uma realidade na sociedade em que vivemos, e por apresentar-se como uma estratégia neoliberal de combate as mazelas da questão social, se evidencia como uma realidade para atuação do Assistente Social.

As refrações dessa realidade implicam em obstáculos que carecem de estratégias mais eficazes da categoria profissional, pois também como se pode observar neste trabalho, a autonomia se torna uma objeção real e latente no cotidiano dos profissionais que estão inseridos nos mais variados espaços de trabalho e sob as mais variadas direções.

E, por conseguinte, podemos com propriedade apontar para a necessidade de mais debate tanto no corpo da categoria quanto na formação do profissional, já que como viemos afirmando no presente trabalho, o terceiro setor se apresenta como uma realidade cada vez mais freqüente de campo de trabalho para o Assistente Social.

Alinhado a isso a indispensabilidade de profissionais comprometidos com os princípios éticos da profissão, por assim dizer, com o código de ética, e a primordialidade de ser criativo e capaz de atuar nos demasiados espaços que se abrem cotidianamente e requerem um profissional que conheça suas atribuições e esteja pronto para reafirmá-las, e se defronte com possíveis atribuições que estarão por vir, com capacidade e qualidade para intervir, porque como podemos observar em Iamamoto (2000) a importância da criatividade, do reconhecimento da realidade e estudos sobre tal, poderá implicar sem prejuízo de suas convicções e compromissos ético-políticos. Buscar-se qualificar permanentemente, participar de debates e estar sempre atualizados com as transformações da sociedade, são iniciativas básicas que permitiram o profissional estar preparado para enfrentar os obstáculos cotidianos, impostos e renovados a cada dia.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 3ª ed. São Paulo, Cortez; Campinas, Unicamp, 1995.

BRASIL. Cfess. **ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO/A ASSISTENTE SOCIAL**. 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRAZ, Marcelo. **Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social**.

Disponível em:

<http://locuss.org/joomlalocuss/index.php?option=comdocman&task=catview&Itemid=36&gid=25&limitstart=20> . 2009. Acesso em: 01 dez. 2016. Cf. <http://www.funorte.com.br/files/servico-social/29.pdf>.

CARRION, Rosinha Machado. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. **Tempo Social**, [s.l.], v. 12, n. 2, p.237-255, nov. 2000. FapUNIFESP (SciELO).

CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL. **Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011].

COUTINHO, Joana Aparecida. **Ongs e políticas neoliberais no Brasil – Florianópolis: Ed da UFSC, 2011.**

\_\_\_\_\_, Joana Aparecida. **As ONGs: origens e (des)caminhos. Lutas Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 13, p.57-64, jun. 2005. Mensal.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política Social do Estado Capitalista**. São Paulo: Cortez, 2000

GUERRA, Y. O Serviço Social frente à crise contemporânea: demandas e

perspectivas. **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005 – ISSN – 1807-698X.

GOHN, Maria da G. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade\***; Universidade Estadual de Campinas. Universidade Nove de Julho.

IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS **HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL**. 31/07 a 03/08/2012, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LANDIM, Leilah. **A INVENÇÃO DAS ONGS: Do serviço invisível à profissão impossível**. 1993. 239 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <[http://empreende.org.br/pdf/ONG's, OSCIP'S e Terceiro Setor/A invencao das ONGs.pdf](http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIP'S%20e%20Terceiro%20Setor/A%20invencao%20das%20ONGs.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

MONTAÑO, Carlos. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da Sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 59. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **A funcionalidade do “terceiro setor” no novo trato à “questão social”**. 3o Congresso de Assistência e 1o Congresso de Seguridade Social da Amazônia. Belém: p. 1-38, 2001.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, p.50-62, 1985.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**.

São Paulo: Editora Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64.** 7. ed. - São Paulo: Cortez, 2004.

NEGRÃO, João José de Oliveira. O governo FHC e o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 1, p.1-11, 1996.

ONGS NO BRASIL: **perfil de um mundo em mudança** / Hans-Jürgen Fiege. – Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

OBRA SOCIAL DONA MECA. Disponível em: <[www.osdm.org.br](http://www.osdm.org.br)> Acesso em: 10 fevereiro de 2016.

PASTORINE, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão- conquistas”. **Revista Serviço Social & Sociedade** (53). São Paulo: Cortez, 1997. Pág. 80 a 101.

\_\_\_\_\_, Alejandra. **A categoria questão social em debate.** São Paulo, Cortez, Questões de nossa Época nº 109,2004.

PIANA, MC.**A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** online. São Paulo:Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.

S.A (Minas Gerais). Diocese Caratinga (Org.). **CEBs: Comunidades Eclesiais de Base.** Disponível em: <<http://www.diocesecaratinga.org.br/cebs-comunidades-eclesiais-de-base/>>. Acesso em: 10 jun. 2015

SAMMER SIMAN. **A quem interessa a lei de responsabilidade fiscal?.** , 2015. Dispon?vel em: <<http://http://www.sindipublicos.com.br/a-quem-interessa-a-lei-de-responsabilidade-fiscal/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SOARES, Laura Tavares. **OS custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** SP.: Cortez ed - questões de nossa época nº 78, pg. 71 a 87; 2000.

VI CONFERENCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. 8 al 11 noviembre de 2007, Salvador de Bahía, Brasil. Organizan: ISTR y CIAGS/UFBA